



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Juliana Alexandre da Silva

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: espaço privilegiado para
aprendizagem teórico-prática.**

Orientadora Prof. Dr^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

(MONOGRAFIA)

Campina Grande - PB

2012

JULIANA ALEXANDRE DA SILVA

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: espaço privilegiado para
aprendizagem teórico-prática.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em
cumprimento às exigências para a obtenção do título
de Bacharela em Serviço Social.

**Orientadora: Prof. Dr^a Moema Amélia
Serpa Lopes de Souza.**

Campina Grande – PB

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Serviço Social Luiza Erundina – UEPB

S586e Silva, Juliana Alexandre da.
Estágio supervisionado em Serviço Social [manuscrito]: espaço privilegiado para aprendizagem teórico-prática / Juliana Alexandre da Silva. – 2012.
98 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Departamento de Serviço Social”.

1. Formação Profissional. 2. Estágio Supervisionado. 3. Prática Profissional. 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

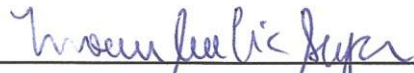
JULIANA ALEXANDRE DA SILVA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: espaço privilegiado para aprendizagem teórico-prática.

Aprovada em: 24/08/2012

Nota: 30,00

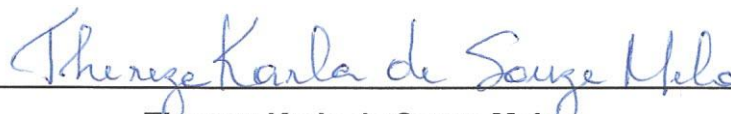
Banca Examinadora



Moema Amélia Serpa Lopes de Souza (Orientadora)

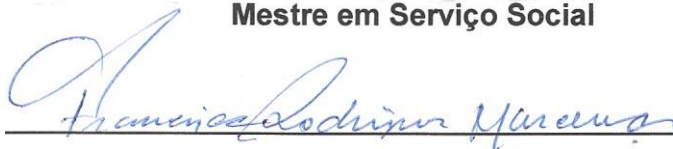
Doutora em Serviço Social

Departamento de Serviço Social



Thereza Karla de Souza Melo

Mestre em Serviço Social



Francisca Rodrigues de Mascena

Mestre em Educação

Chefe de Departamento de Serviço Social

Campina Grande - PB

2012

Dedico este trabalho antes de tudo a Deus, fonte de toda minha inspiração. Rendo glórias a ti, Deus da vida e da felicidade eterna, em teus braços encontro meu abrigo.

A minha mãe, Maria José, que depositou em mim seus sonhos. Seu caráter e simplicidade me motivam a ser sempre um alguém melhor.

A meu pai, José Felix, familiares e amigos, especialmente os que compõem a Turma 2008.2. Amigos que sempre demonstraram muito carinho por mim. Cada página contém um toque de apoio de cada um que comigo convive e faz dos meus dias momentos mais agradáveis e fáceis de viver.

AGRADECIMENTOS

Após dias de intensos conflitos intelectivos, de muita paciência ou mesmo impaciência, posso dizer que cumpri meu dever. Mas, isto, não se deve apenas a um mérito pessoal, pois, ao meu lado estavam as pessoas mais importantes de minha vida. Tirando-me sorrisos, mesmo quando estes não encontravam repouso, devido a dias tão complexos que exigiram de mim responsabilidade e dedicação.

Agradeço, sobretudo, ao meu **Deus**, fonte de toda a minha inspiração, ao qual rendo glórias por todas as minhas conquistas. Do amanhecer ao pôr-do-sol sempre esteve comigo.

Agradeço com muito orgulho aos meus pais, irmãs e familiares, especialmente a minha mãe, **Maria José Alexandre da Silva**, que na sua simplicidade e muito esforço me acompanhou durante este importante ciclo de minha vida. Mulher humilde que não teve a mesma oportunidade que eu, mas que pode ver seus sonhos realizados em suas filhas tentamos ser reflexos de seu caráter e sensatez.

Não posso esquecer-me de agradecer aos que comigo vivenciaram estes momentos de forma tão aproximada, a meus amigos de hoje, de amanhã e de sempre serei eternamente grata. Amigos que conquistei ao longo da minha formação acadêmica, e que entre tantos debates, conversas informais; contribuíram decisivamente para que eu pudesse ser quem realmente eu sou. Amigos recentes, amigos antigos, amigos que quando tropecei me ajudaram a levantar e, que nos instantes de insegurança, quando me perdia entre tantas palavras ou na ausência das mesmas, me deram um ombro amigo para me reconfortar. Especialmente a **Hully Atauane**, uma amiga, mais que isso uma irmã, que surgiu em minha vida a aproximadamente uns 6 meses e que fez toda diferença neste período tão intenso e atordoado. Amigos pontes indestrutíveis.

Um agradecimento não poderia faltar aqui nessas poucas palavras, me refiro a duas pessoas, que coincidentemente se chamavam Francisco, tio e primo: **Francisco Barros de Andrade** (in memorem) e **Francisco Gomes Rosendo** (in memorem). Os quais apostavam todas as suas fichas em mim, acreditavam que eu poderia e, posso alçar voos ainda maiores. A vocês que já não se encontram ao

meu lado e não podem ver que eu venci, meus eternos agradecimentos. Vocês tinham toda razão, eu fui capaz.

Agradeço ainda a professora **Moema Amélia Serpa**, por ter me orientado e compartilhado comigo seu conhecimento. És pra mim um exemplo a ser seguido.

Devo ainda agradecer a todo o corpo docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual a Paraíba, pois, contribuíram decisivamente para minha formação acadêmica. Com carinho especial, agradeço a professora **Thereza Karla**, pois, a considero um exemplo de profissional que merece todo reconhecimento por sua delicadeza e atenção a nós ofertadas.

Não poderia deixar de dedicar um espaço e nem tão pouco de expressar meu imenso carinho e respeito a um amigo que conquistei durante estes quatro anos de curso, o vigilante **Josinaldo** (“Seu Josi”), nunca esquecerei os nossos bate-papos.

Chegar até aqui foi difícil, só eu sei, mas, com o apoio dos que fazem da minha vida um imenso jardim de pétalas exalando confiança, amor e paz, eu consegui. A cada um meus sinceros agradecimentos. Abraços fortes. E espero que vocês estejam comigo, pois, outra página será escrita em minha vida. Vejamos o que me espera.

Obrigada,

Juliana Alexandre da Silva

“Debaixo do céu há momento para tudo e tempo certo para cada coisa.” (Eclesiastes 3:1)

“Discipline sua mente e preste atenção aos conselhos da experiência.” (Provérbios 23:12)

“Tudo que é sólido se desmancha no ar” (Friedrich Engels e Karl Marx, 1948)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel que o Estágio Supervisionado desempenha no fortalecimento da formação profissional no Curso de Serviço Social, abrindo um diálogo profícuo acerca da indissociabilidade da unidade teoria e prática. Buscou-se discutir a relação teoria e prática a partir do entendimento de que o Estágio Supervisionado é o lócus privilegiado que evidencia com maior clareza essa relação intrínseca. Realizou-se uma pesquisa do tipo exploratória e analítico-descritiva a partir de uma abordagem crítico dialética, analisando dados quantitativos e qualitativos, dando ênfase aos aspectos predominantes no processo de apreensão de nosso objeto de estudo. Através da técnica de amostragem não-probabilística do tipo intencional, entrevistamos 13 alunos incluindo o turno da manhã e noite, sendo contemplados os alunos que estavam cursando o primeiro e o último semestre do estágio curricular obrigatório. Com base nos resultados de nossa pesquisa identificamos que as incoerências analíticas que circundam a falsa cisão entre estas categorias, gerando uma inversão do sentido apregoado ao ensino da prática, emergem, sobretudo, das dificuldades encontradas no interior dos espaços sócio-ocupacionais no que diz respeito à estrutura dos campos de estágios que incidem diretamente na dinâmica do trabalho do assistente social. Assim, os alunos tendem a incorporar o jargão “na prática a teoria é outra”, negando a sua indissociabilidade no processo de formação e exercício profissional. Não obstante, constatamos que a maioria dos estudantes percebe a integralidade teórico-prática que circunda não só a formação em si, mas o cotidiano do trabalho do assistente social. Aspecto relevante para nossa discussão que, sobretudo, buscou abrir um espaço de debate entre os sujeitos pertencentes a este processo, para que através da exposição de ideias dos entrevistados captássemos os elementos que legitimam o projeto de uma formação baseada na criticidade, na qualidade e no atrelamento desta com o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Palavras-Chave: Formação profissional, Estágio Supervisionado, Unidade teoria e prática.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the role that plays in strengthening Supervised training in Social Service Course, opening a meaningful dialogue about the inseparability of theory and practice unit. We tried to discuss the theory and practice based on the understanding that the Supervised Internship is the privileged locus which shows more clearly the intrinsic relationship. We conducted a survey of exploratory and analytical-descriptive approach from a critical dialectic, analyzing quantitative and qualitative data, emphasizing the predominant process in the seizure of our object of study. Through the technique of non-probability sampling of intentional, we interviewed 13 students including the morning and evening, which included students who were attending the first and last half of the curricular mandatory. Based on the results of our research identified that the analytical inconsistencies surrounding the false division between these categories, resulting in a reversal of the direction preached the teaching of practice emerge, especially, the difficulties encountered in interior spaces of socio-occupational regarding the structure of the fields of stages that directly affect the dynamics of the work of social workers. Thus, students tend to incorporate jargon "theory in practice is another," denying their inseparability in the process of training and professional practice. Nevertheless, we found that most students realize the full theory and practice surrounding not only the training itself, but the daily work of the social worker. Aspect relevant to our discussion, above all, sought to open up a space for debate among subjects belonging to this process, so that by exposing the ideas of respondents captássemos elements that legitimize the design of a criticality-based training, in quality and this linkage with the ethical-political professional Social Work.

Keywords: Training, Supervised, Drive theory and practice.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira De Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPS II - Centro de Atendimento Psicossocial II

CEP - Código de Ética Profissional

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS - Centro de Referências de Assistência Social

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OAPNES – PAPEL MARCHÊ - Organização Papel Marchê de Economia Solidária de Assistência e apoio aos PNE's

PNE's - Pessoas com Necessidades Especiais

PFS - Programa de Saúde da Família

PNE - Política Nacional de Estágio

SESC - Serviço Social do Comércio

SINTA - Sistema de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO SABER TEÓRICO-PRÁTICO.....	16
1.1 O Projeto de Formação Profissional do Serviço Social e o protagonismo da ABEPSS.....	16
1.2 O Projeto de Formação Profissional do Serviço Social: possibilidades e desafios.....	22
1.3 A relação teoria e prática: elemento integrante do projeto de formação profissional em Serviço Social.....	27
CAPÍTULO II - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: LÓCUS PRIVILEGIADO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	37
2.1 O lugar do Estágio Supervisionado na formação profissional.....	37
2.2 O Estágio Supervisionado em Serviço Social e normatização da Política Nacional de Estágio.....	44
CAPÍTULO 3 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ESPAÇO PRIVILEGIADO DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....	57
3.1 A Caracterização do Estágio Supervisionado em Serviço Social na UEPB.....	57
3.2 Perfil dos alunos inseridos no Estágio.....	58
3.3 Atividades realizadas no decorrer do Estágio Supervisionado.....	61
3.4 O processo de execução do estágio supervisionado: condições objetivas e dificuldades identificadas.....	65
3.5 O papel do Estágio Supervisionado no fortalecimento da formação profissional: espaço privilegiado da relação teoria e prática - reduto da socialização das experiências profissionais.....	70
APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....	79
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE.....	88
ANEXOS.....	91

INTRODUÇÃO

As abordagens presentes neste estudo contemplam uma linha de raciocínio dialética que revelam a necessidade de fomentar o debate acerca da formação profissional em Serviço Social, como possibilidade de manter o permanente aprimoramento de seu conteúdo teórico-metodológico e aparato técnico-científico, premissa básica para que a formação esteja em conformidade com as novas configurações sociais. Seguindo essa linha de raciocínio daremos ênfase ao estágio curricular obrigatório, tomando-o como atividade central do processo formativo que agrega os componentes teóricos e práticos num mesmo contexto.

A formação profissional em Serviço Social envolve distintas dimensões, primeiramente articula a formação acadêmica com a atuação dos assistentes sociais, mantendo-se conectada ao que se gesta no bojo dos espaços sócio-ocupacionais. Procura reforçar o significado social que legitima a profissão frente à sociedade, como possibilidade de ocupar, cada vez mais, espaços e, dessa forma, ampliar seu campo de atuação. Nos dias em curso, percorre o caminho do conhecimento prático-teórico como elemento indispensável à integralidade do ensino-aprendizagem, é perpassada pela complexidade das relações sociais. Assimila as novas configurações da questão social e, com isso, analisa a conotação que os problemas sociais vêm assumindo e a atual dinâmica institucional que afeta o desenrolar do exercício profissional exigindo novas respostas.

Esse conjunto de elementos paralelos e interligados é condicionante para a aproximação do processo formativo com a realidade social, território das ações e estudos realizados pela categoria dos assistentes sociais e pelos estudantes de área.

Na perspectiva de fortalecer o debate acerca da formação profissional, nossa pesquisa tomou como referência o estágio supervisionado em Serviço Social como alicerce desse processo de conhecimento. A partir do depoimento dos estagiários do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, nos debruçamos sobre essa temática e abrimos um espaço democrático para que os sujeitos envolvidos expressassem-se livremente, expondo suas compreensões no que se refere aos elementos que

caracterizam o estágio como momento privilegiado da relação teoria e prática.

Tais colocações desvelam o teor do nosso objeto de estudo que se embasou na apreensão das concepções dos estagiários de Serviço Social acerca do estágio supervisionado como momento privilegiado da formação profissional, justamente por conter o nexos entre teoria e prática, evidenciando que se trata de elementos indissociáveis.

Sendo assim, a priori destacaremos as perspectivas percebidas através das entrevistas, que foram realizadas baseadas na abordagem crítico dialética, para captar as concepções do alunado acerca do papel do Estágio na formação profissional, como espaço de maior visibilidade do elo entre teoria e prática.

Para se proceder a coleta de dados houve a aplicação de um formulário com questões abertas e fechadas, para a melhor apreensão das informações captadas a partir desse estudo e, sobretudo na perspectiva de que nossos objetivos fossem correspondidos positivamente. Esse instrumento foi submetido ao Comitê de Ética da UEPB e aprovado em 02 de maio de 2011.

Iniciou-se a realização das entrevistas em forma de pré-teste para constatar se as questões contemplariam a discussão preterida. Após averiguar que isto seria possível demos continuidade a processualidade da coleta de dados entre os meses de maio e junho de 2012, na própria unidade de ensino, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

Com o término das entrevistas iniciamos a tabulação dos dados para que fosse possível analisá-los e deles extrair o conjunto de elementos contidos nas falas dos sujeitos entrevistados, dando margem à identificação das tendências que subjazem às concepções dos estagiários no que se refere ao Estágio Supervisionado enquanto lócus da apropriação teoria e prática.

Para subsidiar teoricamente nosso estudo, fizemos ainda uma pesquisa bibliográfica. Debruçamo-nos sobre a literatura já existente para aprofundar o conhecimento da temática em tela, neste sentido, recorreremos a autores como: Iamamoto (2008, 2009, 2010), Yolanda Guerra (2011), Santos (2010), Nicolau (2004), Buriola (2011), Lewgoy (2001, 2009), Oliveira (2004), Ribeiro (2009) dentre outros. Realizou-se também uma análise documental a partir de fontes como: as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, a Política Nacional de Estágio (PNE); a Resolução 533/2008 do CFESS, que trata da

supervisão direta de estágio; a Lei Federal 11.788/2008 que traz a matéria referente a estágio supervisionado enquanto educativo, e outras que descrevem os pilares de sustentação da formação profissional.

Este estudo focaliza alguns aspectos do estágio supervisionado enquanto processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, a discussão está distribuída em três sessões, que apontam uma linearidade em seus conteúdos programáticos. Na primeira, apresentamos o projeto de formação profissional contido nas Diretrizes Curriculares, projeto crítico veiculado à direção social preterida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/1996), trazendo os principais pontos da formação, principalmente, sobre o processo de sua reatualização permanente e as novas perspectivas assumidas diante do quadro social que vem se instaurando na contemporaneidade, sendo motivo de análise e atenção para aqueles que atuam no bojo das relações sociais.

Ressaltaremos a postura da ABEPSS, no tocante a conjuntura que circunda tais projeções analíticas, uma vez que, medidas foram tomadas para que as diretrizes e princípios éticos acompanhassem o delinear do estágio, o que motivou a elaboração da Política Nacional de Estágio (PNE/2010), que pode ser entendida como o conjunto de direcionamentos que convergem para o melhor funcionamento do estágio em consonância com uma formação competente e qualificada.

A partir dessas reflexões delimitamos a segunda sessão, na qual destacaremos o papel do estágio na formação profissional, como *lócus* apropriado da relação entre a teoria e a prática. Momento que revela o quanto é imprescindível problematizar as situações vividas, investigar, planejar e executar propostas qualitativas que estejam em consonância com o projeto ético-político profissional, eixo norteador da formação profissional. Discutiremos as Leis que regem o Estágio Supervisionado, suas perspectivas enquanto atividade teórico-prática que aproxima os alunos do cotidiano profissional.

Partimos do pressuposto de que o estágio contribui para o desenvolvimento do senso crítico, do pensar autônomo, do saber indagar e problematizar as questões vivenciadas no cotidiano institucional aonde o aluno se depara com muitas contradições e limites ao exercício profissional.

Considerando que é indispensável ouvir o estagiário, deixá-lo livre para colocar-se como participe nesse processo de aprendizado, abrindo caminhos para o diálogo profícuo entre os sujeitos que compõem esse momento da formação profissional, na última sessão exporemos o resultado de nossa pesquisa e as tendências apontadas a partir dessa abstração empírica. Serão expostas as atividades nas quais os alunos participaram, as condições da processualidade do estágio e a concepção dos alunos acerca da relação teoria e prática, principal ponto abordado neste estudo.

Por fim, apresentaremos as considerações finais, evidenciando os resultados obtidos, que apontaram uma significativa contribuição para o debate acerca do Estágio Supervisionado na formação profissional e suas implicações para a apreensão do elo que torna visível a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

Este recorte é relevante para o processo de conhecimento da realidade objetiva que requer muitos estudos e reflexões a serem realizados. Sendo assim, o aprofundamento desta temática se justifica em razão desta ser alvo de discussões importantes no âmbito acadêmico. Assim, longe de querer e poder esgotá-las pretendemos contribuir para a ampliação do debate no bojo destes questionamentos.

Neste sentido, este estudo converge para a possibilidade de uma maior reflexão acerca do estágio supervisionado, considerando sua relevância teórico-prática no que toca à formação do assistente social. Potencializando, desta forma, o seu reconhecimento pelos sujeitos sociais pertencentes a este processo.

CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO SABER TEÓRICO-PRÁTICO.

1.1 O projeto de formação profissional e o protagonismo da ABEPSS

Abordaremos neste capítulo o processo de formação em Serviço Social, discutindo aspectos referentes ao seu desdobramento face às novas configurações sociais. Dessa forma, discutir a formação profissional requer uma análise dos elementos que demandam a atuação do assistente social. Nesse sentido, será construído um caminho de apreensão da constituição dessa profissão no cenário atual e, assim, poderemos ampliar o rol de intervenções reflexivas do campo do saber/prático, fazendo o caminho de volta da prática ao domínio da teoria. Consideramos que, a partir desse estudo, poderemos contribuir para o desvendamento dessa intrínseca relação, desmitificando as frequentes incoerências de uma dicotomia inexistente entre teoria e prática.

A problematização da formação profissional perpassa a apreensão da totalidade do cotidiano da ação profissional, como via para a aproximação com o tecido social, que se reconstrói e desconstrói em ritmo acelerado, engendrando novas demandas sociais. Estas, por sua vez, se constituem como parâmetro para a atuação dos assistentes sociais, que, munidos de um saber técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico, se colocam no interior de um espaço laborativo contraditório e, por vezes, nocivo à defesa do projeto ético político do Serviço Social, que visa, sobretudo, à liberdade dos sujeitos, à democracia e à equidade social como possibilidade de revolução e emancipação humana e social.

O projeto de formação profissional em Serviço Social está atrelado às perspectivas que enveredam pelo caminho do conhecimento teórico, prático e o universo das intencionalidades ético-políticas, que subjaz o significado social da profissão no mundo do trabalho. Significado este que, ao mesmo tempo em que legitima sua existência, se mostra como suporte para atuação dos assistentes sociais. Isso se manifesta em virtude do Serviço Social ser uma profissão eminentemente interventiva, inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, atuante na área social sob a ótica crítica-dialética, embora que esteja

subjugada ao capital.

Facilmente pode-se perceber que estamos falando na necessidade de

[...] formar profissionais capazes de atuar na realidade, por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas a eles dirigidas, reconfigurando-as e enfrentando-as de maneira eficaz e eficiente - ou seja, e consonância com o sentido mais profundo da expressão trabalho profissional. Entendemos que só assim estarão dadas aos assistentes sociais as possibilidades de construir estratégias sociopolíticas e profissionais para responderem às reais demandas e aos requisitos da profissão. (FORTI; GUERRA, 2010, p.4).

Apesar da contradição que marca a relação capital/trabalho não podemos negar que é no bojo das relações sociais capitalistas que está o objeto de trabalho da categoria dos assistentes sociais, a questão social. Dessa forma, cabe à formação profissional apreender, a partir do movimento do real, as várias interpretações analíticas e propiciar uma teorização concernente com a dinâmica social, aproximando o estudante da realidade posta, sem amarras e expectativas frustrantes. O campo de atuação profissional deve ser, a priori, desmitificado para que o processo educativo não crie perspectivas tangenciais aos princípios e valores que fundamentam o exercício profissional, nem tão pouco, fantasie acerca das possibilidades reais de intervenção.

A formação profissional deve estar direcionada para promover uma imagem real da profissão e, não, provocar nos estudantes uma imagem meramente positiva. Como alerta Iamamoto (2007), não deve provocar o messianismo, ou ainda o próprio fatalismo¹ tão presente nos dias atuais, que acabam afetando o desenvolvimento de atividades e movimentos imbuídos do teor crítico, propositivo e político.

Dessa forma, o processo formativo não se limita a uma grade curricular, a teorias feitas, a instrumentos técnico-operativos ou a métodos de análise. Precipuamente, é necessário que,

[...] a formação universitária possa dotar os assistentes sociais de subsídios teóricos, éticos e políticos que lhe permitam - se assim o desejarem - contribuir de mãos dadas para o trajeto histórico em rumo aos novos tempos (IAMAMOTO, 2008, p.200).

¹ [...] messianismo utópico- que privilegia as intenções do sujeito profissional individual em detrimento da análise histórica do movimento do real, numa visão “heróica” e ingênua das possibilidades revolucionárias do exercício profissional – quanto o fatalismo, inspirado em análises que naturalizam a vida social e traduzido numa visão “perversa ” da profissão (IAMAMOTO, 2007, p.3)

Nesse intuito, as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social apontam uma direção social hegemônica para a atuação dos assistentes sociais². Assegurando não somente a direção social, mas “os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABEPSS, 1996, p.145).

A formação cumpre assim a premissa de capacitar o profissional para uma intervenção crítica e reflexiva acerca das demandas a serem trabalhadas, no intuito de que estas não sejam descoladas da totalidade, mas analisadas a partir da realidade social na qual é expressa. Ainda, deve prepará-los para atuar frente às novas configurações sociais advindas das transformações no mundo do trabalho que acarretam um reordenamento teórico-prático ao Serviço Social.

Segundo Nicolau (2004, p.85),

se a formação não se articula a este exercício refletindo-o criticamente e iluminando-o criativamente, cairá no vazio, e o processo de sua apropriação far-se-á por ancoragens que desconhecem esse último pólo ou o deslocam: no exercício profissional, o assistente social reestrutura saberes, visto que as informações advindas deste fazer lhe abrem perspectivas muitas vezes contrapostas ao saber por ele estruturado ao longo do seu processo formativo.

Considerar tais questões implica na ideia de que a formação profissional se apresenta como mecanismo que subsidia a formulação das propostas profissionais de acordo com o que emerge na cena contemporânea e se caracteriza como demanda para profissão. Dialogar criticamente com os elementos subtraídos do real, dá margem para uma abordagem mais concernente com o que está posto, abre espaço para que a teoria encontre seus fundamentos e objetos de análise.

Vale ressaltar, a dimensão que a formação profissional assume diante dos “novos tempos”. Nas palavras de Yamamoto (2008, p.180), esse “novo tempo”,

exige que a formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela “modernização” da produção e pelas novas formas de

² Independentemente dos espaços sócio-ocupacionais nos quais estejam inseridos.

gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais [...].

Neste dinamismo, a formação é permeada por uma cultura de reatualização permanente, para que esteja em sintonia com o contexto sócio-histórico alimentando o acúmulo de conhecimento por meio de uma revisão crítica da teoria que embasa a prática profissional. Para tanto, interessa incorporar as conquistas e avanços que a profissão vem construindo ao longo de sua trajetória histórica, fortalecendo na formação o tripé ensino, pesquisa e extensão. Esse caminho constrói as possibilidades de aproximar-se da realidade social, adentrar na arena sócio-política que assola a sociedade brasileira com atenção para suas particularidades, mas, sobretudo, potencializar sua articulação ao projeto ético-político da profissão.

Considerando essas colocações, percebemos que o processo formativo deve direcionar o aluno a analisar a realidade dentro de um contexto dinâmico e contraditório. Deve, ainda, oferecer subsídios teóricos e metodológicos para que o estudante possa ter a percepção do compromisso ético-político que o Serviço Social tem para com a sociedade.

Seguindo essas reflexões, é imperativo contextualizar o significado social da profissão, reconhecendo que a redefinição da formação profissional preconiza uma profunda avaliação das transformações societárias face às exigências da contemporaneidade. Nesse sentido, devem ser validados os componentes teórico-metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social à medida que estes exprimem as estratégias de ação.

Nesta perspectiva, não resta dúvida quanto à responsabilidade que recai sobre os órgãos de ensino e instâncias representativas da categoria dos assistentes sociais para com a formação profissional. Para que a mesma esteja em articulação com as colocações anteriormente salientadas, é preciso que tanto a academia quanto as entidades que representam legalmente o Serviço Social, tomem para si esse constante projeto de atualização da formação.

Ao longo da história da construção das bases que dinamizam a formação profissional em Serviço Social, nota-se a contribuição mais que importante da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social). Isso pode ser ilustrado concretamente, no contexto dos anos noventa, quando um movimento das entidades representativas da categoria de assistentes sociais (ABEPSS, CFESS, ENESSO), sob o protagonismo da ABEPSS, mobilizou as unidades de ensino de Serviço Social para debaterem o acerca da elaboração de uma proposta de Diretrizes Gerais para o referido curso, cujo,

o pressuposto central das diretrizes é a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que são apreendidos de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social (ABEPSS, 1996, p.8).

As novas Diretrizes Curriculares construídas a partir deste momento, marcadas por rupturas e proposituras coerentes ao novo contexto de perspectivas profissionais, volta-se ao movimento das relações sociais e a centralidade do trabalho na constituição do ser social. Apresenta,

Uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permite uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções. Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional (ABEPSS, 1996, p.9).

Como podemos observar, o primeiro encaminhamento empreendido nesta perspectiva foi o redimensionamento das diretrizes para uma estrutura que abarcasse as novas tensões instauradas no seio da sociedade. Nessa direção, influenciando a prática do assistente social em detrimento do esfacelamento das políticas públicas e serviços sociais atingidos pela lógica da mercadorização. Isso demonstra que são muitos os desafios que se desdobram para uma formação competente e qualificada frente à atual conjuntura social.

Trata-se não apenas de adequar o Currículo Mínimo da formação profissional dentro de um conjunto de propostas simplistas, meramente burocratizadas e pragmáticas. Na verdade, o impulso gerador desse movimento seguiu alguns princípios básicos que evidenciam um novo patamar teórico e prático à formação em Serviço Social, são eles:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p.6).

Nesse sentido, sinaliza-se uma compreensão de que a formação acadêmica não é tangencial à realidade social. Na verdade, está arraigada a sua dinâmica, pois, é no seu movimento contraditório que o objeto de intervenção do Serviço Social nasce e renasce a partir das novas configurações que vão surgindo no curso do tempo. A formação profissional deve acompanhar minimamente cada novo passo dado na história, para que, aliada ao seu desenvolvimento, possa construir seus pilares de sustentação como possibilidade de enriquecer a produção de conhecimento teórico-prático.

É necessário frisar que um dos grandes empreendimentos realizado pela ABEPSS, foi quando a mesma se colocou na contra-ofensiva em relação às linhas definidas pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB/1996) que contrarrestavam nas seguintes prerrogativas:

a expansão do ensino privado superior, a liquidação da organicidade entre ensino/pesquisa/extensão, a transformação das instituições em organizações de ensino superior, a subordinação das universidades às demandas do mercado, a noção de autonomia universitária adstrita ao âmbito financeiro e as inflexões deste processo na lógica da administração universitária (MOTA, 2011, p. 60).

Essas contra-tendências fragilizam o projeto pedagógico de uma formação profissional crítica, articulada ao real, revestida de um teor reflexivo, autônomo e direcionado a uma postura ético-política concernente com o projeto de transformação social ao qual está vinculado. Esta resistência declarada da ABEPSS muito contribuiu para a não dissolução destes pressupostos didáticos. É sob esse ambiente hostil que a proposta da reforma do currículo mínimo em Serviço Social:

sustenta-se em uma proposta coletiva que não se encontra mais no campo das tendências, mas sim na sustentação de um perfil

profissional que busca ser coerente com o tempo presente na direção apontada pelo Código de Ética em vigor. (MENDES, NOGUEIRA e COUTO, 2004, p.75).

1.2 O Projeto de Formação Profissional do Serviço Social: possibilidades e desafios.

Estar em sintonia com o tempo presente imprime uma logística que transcende a prospectiva analítica que reúne componentes da prática profissional com o saber teórico produzido pela categoria dos assistentes sociais, muito embora, retire desse binômio a fundamentação para suas ações. O contato direto com o real posto, exige um leque de procedimentos teleológicos que possam vislumbrar as possibilidades de intervenção e análise crítica. Delimitar os fins e construir os meios é imprescindível para que a formação profissional contemple os objetivos e compromissos assumidos pela profissão, fonte de legitimação perante a sociedade (SANTOS, 2010).

Nesse sentido, temos que o processo formativo contempla três dimensões que coexistem simultânea e interdependentemente, são elas: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa. Cada uma abrange perspectivas diferentes, mas que trazem uma ligação indissociável, isto é, se completam mutuamente.

A dimensão teórico-metodológica, segundo Santos (2010), contempla o arcabouço de métodos teóricos que subsidiam a ação profissional, sendo especificamente voltada à análise da sociedade como um todo, ou seja, conhecimento teórico que leva a aproximação com o real visto em seus desdobramentos mais minuciosos. A teoria aqui é colocada em pauta como elemento intrínseco da formação profissional, uma vez que, é um dos pólos principais que dão forma, dinâmica e sustentação ao processo de ensino-aprendizagem³.

O que compete à dimensão ético-política refere-se à capacidade de refletir eticamente, com base em valores assimilados na e pela própria dinâmica da construção histórica que circunda a profissão de Serviço Social.

³ Vale enfatizar que essa dimensão se distingue do teorismo, campo do saber fixado numa teoria obsoleta, reduzida a uma teoria fechada em si, sem elo com a prática.

Para assim, poder tomar decisões cabíveis com o projeto ético-político, que aponta o que fazer, para quem fazer, e como fazer. Santos (2010, p.68) afirma que “nesse processo, a ‘escolha’ está sempre presente. Ter condições objetivas para agir e escolher com consciência é um ato de liberdade.” A autora explicita ainda que:

a ética responde à pergunta ‘de que vale...(qual o valor)?’; já a política responde à pergunta ‘para onde vai...?’ (qual é a intenção, qual é a finalidade?) [...] para eu saber o valor de algo, tenho que saber a que fim ele se destina; sabendo a finalidade posso buscar os meios favoráveis à sua efetivação. Essa afirmativa explicita a relação intrínseca entre o plano da ética e o plano da política com a posição dos fins e a busca dos meios para tornar ato a finalidade. Escolher finalidades significa projetar e implica valores; efetivar essas finalidades impregnadas de valores supõe, então, uma decisão entre projetos diferentes, o que se caracteriza como uma decisão política, isto é, escolher o projeto com o qual, de alguma forma terei um ganho maior, qualquer tipo que seja (SANTOS, 2010, p.69).

Torna-se explícito que propiciar a capacidade ética e reflexiva é uma das funções do processo educativo, o que se traduz na promoção da investigação permanente de cunho crítico, que emerge no bojo das intencionalidades das ações profissionais. Assim, a dimensão ético-política está arraigada ao sistema valorativo que vislumbra um campo de atuação embasado em princípios concernentes com a competência crítica, reflexiva e propositiva abarcada pelo Serviço Social.

No que se refere à dimensão técnico-operativa é importante destacar que esta particularidade da formação profissional está ligada aos instrumentos e técnicas que subsidiam a execução das atividades desenvolvidas no cotidiano do trabalho do assistente social. Trata-se dos conhecimentos procedimentais, considerados como de suma importância para a ação, merecendo, dessa forma, atenção por parte do processo de ensino-aprendizagem, pois, diz respeito também à documentação específica com a qual o Serviço Social trabalha: pareceres sociais, estudos sociais, técnicas de abordagem e outros mecanismos que aproximam o sujeito de seu objeto de estudo, neste caso, as refrações da questão social. Não podemos perder de vista o sentido impregnado no manuseio deste conjunto de instrumentos, que vai além de uma execução pragmática e rotineira, pois requer uma indagação permanente quanto a sua efetividade diante da situação vivencial que se quer trabalhar competentemente.

Assim, a articulação dessas três dimensões demonstra que a organicidade da formação profissional implica muito mais que o simples ensino teórico. Concatenando saberes de ordem operacional, ética e política expressam o necessário desenvolvimento de múltiplas capacidades que elevam a qualidade do trabalho profissional a um patamar de competência crítica e fluidez metodológica.

Neste somatório de ideias é preciso:

[...] enfatizar a unidade entre as três dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e em salientar a importância de tratar os instrumentos e técnicas 'para além de sua operacionalidade' [...]. Discutir tais instrumentos e técnicas envolve o 'o que fazer', o 'para que fazer', o "porque fazer", mas, também, o 'como fazer'. O currículo não pode prescindir de disciplinas que tratem da habilitação para o manuseio dos instrumentos e técnicas no Serviço Social em conjugação com o debate filosófico, teórico, político e ético. (SANTOS, 2010, p.8)

Nesta assertiva, nota-se que o processo de ensino vai além da perspectiva teórica, capta o conhecimento de forma ampla e repleto de possibilidades e tendências. Abarca em seu interior faces de um mesmo movimento que agrega os procedimentos metodológicos, com o domínio do saber prático, a postura ética, as escolhas e concepções políticas. Essa construção traz à tona o projeto societário ao qual está vinculado e o toma como parâmetro para a visualização de ações interventivas, concernentes com as atribuições do assistente social.

A formação profissional não se limita aos conteúdos, debates e conhecimentos vistos na academia em si, e ainda, nos fóruns, congressos, simpósios e demais eventos que, de alguma maneira, contemplem a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. É importante enfatizar que isso não se esgota, mais alarga suas possibilidades com o decorrer das intervenções e do próprio movimento da sociedade.

Ler e interpretar a realidade constitui-se num desafio permanente para qualquer profissão que esteja situada no interior da dinâmica social. Neste sentido, a conjuntura social imprime um ritmo à formação, pois, se encontra suscetível às transformações e exigências do capital.

Esta particularidade provoca um dos grandes desafios enfrentados pela categoria dos assistentes sociais na contemporaneidade. Estamos nos referindo à privatização do ensino, especialmente o ensino superior. A

universidade enquanto espaço provedor da formação inicial dos discentes tem sido alvo da flexibilização econômica e política. Evidencia-se a elevada deterioração da qualidade dos serviços prestados, a escassez de recursos materiais e humanos, as péssimas instalações físicas que traz sérias implicações ao processo de formação profissional.

A ofensiva do capital financeiro tem provocado o crescimento desordenado do mercado de serviços trazendo o ensino privado como porta de entrada para o ingresso na universidade. Universidade voltada para alimentar o sistema e não para formar profissionais críticos e que dominem os saberes específicos de cada área.

a pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às 'demandas flexíveis do mercado' estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às 'normas do mercado', parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na *questão social*. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, isolamento do processo de ensino envolvido no EAD e falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária. Mas a questão central não é exclusivamente a modalidade de ensino à distância [...] mas de compreendê-la no conjunto das diretrizes norteadoras da reforma do ensino superior, capitaneada pela sua privatização e pela lógica da lucratividade que redireciona os rumos da universidade brasileira [...] É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 441).

Esse quadro subverte o sentido da formação profissional que, ao invés de sincronizar os componentes teóricos, práticos, técnicos e éticos, direcionam-se a um ensino massificado e desconectado do viés crítico que embasa o projeto social, ao qual o Serviço Social está vinculado, como horizonte a ser descortinado.

Particularmente, convém ressaltar, que:

em relação ao ensino de graduação à distância, o posicionamento contrário das entidades de Serviço Social, do qual a ABEPSS é protagonista, amplamente divulgado, considera que este tipo de ensino confronta-se radicalmente com os compromissos e princípios da formação profissional e colide com os fundamentos, competências e habilidades estabelecidos nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social/1996. Reflete o acirramento e consolidação da política privatista, mercantilista, da Educação Superior assentada em baixo custo e elevada lucratividade. (ABREU, 2011, p.77-78)

Temos aqui uma questão de alta complexidade, pois, traz uma série de posicionamentos díspares e geram polêmicas entre profissionais, docentes e

estudantes sobre os impasses que o EAD acarreta à formação profissional e/ou o acesso ao ensino superior, trazido por esse novo mecanismo do processo educativo. Envolvendo uma diversidade de fatores, devemos nos atentar para o nível de qualificação oferecido pelo ensino à distância, em que patamar as discussões teóricas, as produções de conhecimento e análises interpretativas do real vem se dando no bojo deste processo.

Nas palavras de Iamamoto:

a massificação e a perda de qualidade da formação universitária *estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”*, redundando em um processo de *despolitização da categoria*, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária. O estímulo à graduação a distância é um recurso para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais – este sim o seu objetivo maior – a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional (2007, p.37).

Para pensar este conjunto de aspectos relevantes é preciso que haja a formulação de parâmetros de uma qualificação para os cursos de Serviço Social, mas, sobretudo, que tais tendências se alastrem por todos os portais de ensino superior. Agregando num mesmo espaço o ensino, a pesquisa e a extensão. Ou seja, uma universidade que:

[...] afirme padrões de excelência acadêmica no exercício de suas funções precípuas, que não podem ser reduzidas a transmissão de conhecimentos e à formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho. Inclui a pesquisa voltada à produção de novos conhecimentos, tecnologias e à criação artística e cultural, que impulse o desenvolvimento do patrimônio científico acumulado e a crítica da dinâmica societária. Alia-se à difusão do saber, disponibilizado à coletividade, passível de contribuir para a melhoria das condições de vida da população e para a edificação da democracia na sociedade. Universidade que cultive a razão crítica e um universo axiológico que ilumine e impulse a construção do processo histórico na direção da liberdade, da equidade e da democracia para todos os cidadãos e cidadãs (IAMAMOTO, 2000,p.37).

Essas reflexões nos levam a afirmar que não podemos sentir o espectro do capital rondando e fragmentando a qualidade da formação profissional, sem se questionar a respeito e traçar estratégias de enfrentamento. Todavia, esses questionamentos devem partir da coletividade acadêmica, pois, representa uma ameaça não apenas ao Serviço Social, mas sim, a todos os cursos. Trata-se, pois, de discutir no âmbito da academia a

matéria referente a este assunto, não para estreitar o acesso ao nível superior, mas para dotá-lo de qualidade, ética e coerência teórico-prática.

1.3 A relação teoria e prática: elemento integrante do projeto de formação profissional em Serviço Social

Como vimos a formação profissional não deve refletir, nem tão pouco incorrer o erro de se restringir a uma disseminação desordenada de conhecimentos teóricos, haja vista, que contempla uma parte prática que não está desprendida da universo acadêmico, pelo contrário é válvula propulsora de sua sistematização. Através da realidade vislumbrada na e pela prática é que este conhecimento teórico é construído, daí observa-se a impossibilidade de separar a teoria e a prática.

Tomando este entendimento como norte discursivo atentemo-nos para a necessidade de investigar e repensar os elementos que provocam uma falsa separação teórico-prática, para tanto devemos desmitificar as possíveis incoerências interpretativas, de ordem complexa e relevante teor discursivo sobre esse binômio indissociável, uma vez que representa um dos pilares de sustentação da formação profissional.

Sendo assim, a relação entre a teoria e a prática merece nossa atenção por ser uma questão complexa e polêmica entre os estudantes, o corpo docente e os profissionais de campo. É preciso que esta questão ganhe uma visibilidade ainda maior no meio acadêmico e profissional, em detrimento de uma análise - na "prática a teoria é outra" - que contemple realmente a dimensão que cada categoria incorpora, de acordo com aquilo que lhe é inerente enquanto conteúdo, objeto e forma. (SANTOS 2010, GUERRA; FORTI, 2010).

Torna-se evidente frisar que a polêmica a qual nos referimos é a falsa ideia de cisão entre teoria e prática. Tendo como método de análise a Teoria Social Marxista, que em linhas gerais faz uma prospectiva da construção/desconstrução do real posto, não pela aparência dos fatos, mas por essência que os identifica, devemos atentar para os nexos causais que dinamizam essa incoerência. Pois, se consultarmos os sujeitos citados anteriormente, teremos muitas colocações equivocadas ou mal interpretadas

do que venha ser o elo entre teoria e prática.

Conforme analisa Santos (2010, p.13), existem alguns equívocos que engendram tal interpretação:

o primeiro é o de que a “teoria se transforma em prática”, ou seja, espera-se uma teoria, que tem por orientação a ruptura com um referencial teórico conservador, ofereça, de imediato, uma prática de ruptura com a ordem conservadora. [...] O segundo entendimento vai na contramão do primeiro. Defende-se que a prática fala por si só, ou seja, a ação prática oferece, também de imediato, a teoria, a qual seria, portanto, apenas a sistematização da prática. [...] O terceiro – que remete ao primeiro – é o de que a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação. Tal afirmativa quer denunciar, igualmente, que a teoria não está se transformando em prática, todavia destina-se diretamente uma particular direção teórica, à teoria social de Marx: a teoria social crítica não está se transformando em prática crítica [...] a queixa é de que a teoria de ruptura não está se transformando em uma prática de ruptura [...].

Partindo deste raciocínio, vemos que a relação teoria e prática é complexa e precisa ser estudada com mais cautela, pois, com base nestes equívocos, é inegável a forte tendência de relegar a teoria e a prática planos opostos, que não se entrecruzam integralmente. Sabemos que isto não é verdade, uma vez a teoria nasce da prática e esta encontra em seu campo do saber os possíveis instrumentos pra vislumbrar a realidade social de forma aprofundada e reflexiva.

Não se trata de apontar quem está com a verdade, mas refazer o percurso cognitivo que envolve essa discussão, para desmitificar as muitas análises, que enveredam por uma acepção precipitada e que não se adéqua aos fatos verídicos.

Cabe ressaltar algumas colocações feitas por Guerra e Forti (2010) acerca do “falso dilema” que envolve a relação teoria e prática. Tal dilema se refere [...] “a concepção da relação teoria e prática que parte da premissa de que o valor da teoria está condicionado exclusivamente à sua capacidade de responder imediatamente à realidade” (GUERRA; FORTI, 2010, p.5-6). Apontam também que a tendência que diz [...] “considerar inúteis, inoperantes e impotentes os pressupostos teóricos que não sirvam para justificar o existente e/ou não viabilizam respostas imediatas às exigências práticas da sociedade [...]” (GUERRA; FORTI, 2010, p.6).

Basicamente as autoras discutem a ideia de utilitarismo que envolve a relação teoria e prática e que vem deteriorando o conteúdo crítico que ela

contém. Utilitarismo, no sentido por elas colocado, como se a teoria só obtivesse êxito e legitimidade se pudesse ser aplicada literalmente nas ações práticas, como algo pronto, fechado, que abarcasse em seus pressupostos de toda uma conjuntura. Naturalmente, isso não encontra vias de concretude, haja vista, que o contexto social palco do trabalho profissional do assistente social é inconstante, diversificado e cheio de susceptíveis rupturas e/ou continuidades.

Sendo assim, devemos observar que não existe a possibilidade da teoria ser aplicada, da forma que um instrumento técnico operativo, mas, sobretudo, constitui-se como subsídio para a análise da dinâmica societária em seus pormenores. Ela incita, aos que dela se apoderaram, a ver além das meras aparências imediatas e superficiais, trazendo à tona elementos teóricos que podem ser apreciados na realidade ou mesmo negados por novas descobertas.

Reforçando este entendimento voltamos a afirmar que é preciso proporcionar

[...] ao profissional que tencione atender aos requisitos do mercado de trabalho não se limitando a eles, cabe uma sólida formação teórica (ético-política) e metodológica, ou seja, capacitação suficientemente qualificada em termos de conhecimentos teóricos e possibilidades interventivas. Assim, pretendemos destacar que além da relevância teórica, cabem possibilidades práticas, pois, por melhor que seja formulada, a teoria não é capaz, por si só, de processar qualquer alteração na realidade concreta. Contudo, a prática como atividade efetiva que permita transformação na realidade natural ou social não é atividade qualquer, mas atividade que possibilita ao sujeito reflexão sobre sua ação e revelações sobre a realidade - que possibilita decifração das categorias e captação da legalidade dos fenômenos. É uma ação capaz de proporcionar conhecimentos, transformando e qualificando nossas ideias sobre as coisas de nos fornecer meios, caso tenhamos intenção de modificá-las. (FORTI; GUERRA, 2010, p.4).

Nesse bojo, faz-se imprescindível expor claramente o que é a teoria e o que é a prática, como faces distintas que formam um mesmo plano. Assim, consideremos a teoria como o campo do conhecimento voltado à apreensão do objeto real, é o movimento do pensamento capaz de valorar aquilo que se permite conhecer por inteiro criando conceitos a seu respeito.

Segundo Santos (2010), o âmbito da teoria, por sua vez, no materialismo histórico-dialético, é o âmbito da produção de conhecimento, da antecipação ideal, da possibilidade, o futuro. É um desencadeador de

finalidades ou de resultados ideais para a ação.

Através da teoria é possível explicar os fatos como eles se apresentam na realidade concreta, é visualizar elementos com uma lupa de fundo dialético onde se ver além das aparências primárias alcançando uma análise das experiências, das condições objetivas. É o concreto visto de dentro para fora que se permutará em objetivação prática, não de forma imediata, rápida e infalível, mas em proporções observáveis a olhos críticos e que se permitem atender as necessidades emergentes.

Estamos falando de uma relação sequenciada, isto é, a teoria não é mera reprodução do acaso, ela só existe porque, tomar para si um objeto já existente no real, tornando-o conhecido, é o fundamento da ação. Porém, não transforma a realidade, ele dá suporte para que os sujeitos na prática tenham a possibilidade de modificar o que está posto (SANTOS, 2010).

Isso implica que a teoria, por ser o campo da possibilidade, produz a transformação da consciência, das ideias enquanto a prática é o campo da efetividade, das objetivações humanas e sociais. A prática pode ser vista como a arena onde a teoria ganha materialidade. Consideremos, então, a unidade existente entre a teoria e a prática, dois planos que se permitem unificar-se numa relação dialética. Segundo Santos (2010 apud CHAUI, 1980):

[...] a relação entre teoria e prática é uma relação simultânea e recíproca por meio da qual a teoria nega a prática imediata, isto é, nega a prática como um fato dado para revelá-la em suas mediações e como práxis social, ou seja, como atividade socialmente produzida e produtora da existência social. A teoria nega a prática como comportamento e ação dados, mostrando que se trata de processos históricos determinados pela ação dos homens que, depois, passam a determinar suas ações. [...] A prática, por sua vez, nega a teoria como um saber separado e autônomo, como puro movimento de ideias se produzindo umas às outras na cabeça dos teóricos. Nega a teoria como um saber acabado que guiaria e comandaria de fora a ação dos homens. E negando a teoria enquanto saber separado do real que pretende governar esse real, a prática faz com que a teoria se descubra como conhecimento das condições reais da prática existente, de sua alienação e de sua transformação.

A aparente cisão entre teoria e prática perde aqui sua base de legitimidade, ambas andam lado a lado mais cada uma contém suas respectivas características que as diferenciam e as une ao mesmo tempo. Pois, é no real que os fenômenos se mostram suscetíveis às interpretações teóricas, sendo estas que norteiam a prática. Trata-se, de uma interação do

conhecimento cumulativo e mutuamente passível a mudanças interpretativas que configura as ações interventivas propriamente ditas. Não há uma teoria fechada em si mesma, que não precise fazer um elo com a realidade, lócus onde a prática reside, e nem uma prática que seja efetivada sem o subsídio de um aporte teórico coerente com suas perspectivas de análise. (SANTOS, 2010; IAMAMOTO, 2008).

É sob tais premissas que precisamos nos debruçar, ao contrário cairemos no vazio teórico e no tecnicismo metódico e cético. Vazio teórico por entender que a teoria não se separa do real, das configurações sociais onde o assistente social vê-se envolto de tantas contradições. Contexto que dinamiza o debate que ora estamos a fazer, pois, a frase clichê “na prática a teoria é outra” suscita um emaranhado de interpretações precipitadas e de cunho anti-marxista, isto é, presas a aparência dos fenômenos com forte resistência a uma leitura mais próxima da realidade posta.

Adentrar no tecnicismo significa desconsiderar a teoria como óptica de análise, de conhecimento do real posto, da possibilidade de atuar por meios compatíveis com aquilo que podemos chamar de território da prática do Serviço Social, as expressões latentes da questão social. Daí a prática torna-se mecânica sem visualizações do que está ao redor das configurações sociais.

Facilmente nota-se, a predominância da concepção unilateral de que a teoria é algo a ser aplicado de forma completa e com possibilidade de transformação. Como já dissemos equívoco que circunda a categoria profissional e a classe estudantil. A transformação só é possível pela práxis social, que não se limita a uma prática profissional. Antes está veiculada a um todo complexo onde os sujeitos transitam de um saber teórico e de um fazer prático. Práxis é um movimento constante do âmbito teórico que se personifica no campo da prática fazendo um retorno em ciclos diversificados e enriquecidos por uma permanente transformação do pensamento e do real.

Segundo Santos (2010, p. 49):

a função da prática profissional é distinta da função revolucionária. Os sujeitos se inserem em uma prática profissional com a condição de trabalhadores assalariados do capital e do Estado burguês, de subsunção do trabalho ao capital. A intencionalidade está no âmbito da possibilidade, há uma intenção, todavia sua materialidade encontra-se condicionada a um contexto favorável a essa intenção.

Cabe-nos elucidar que o Serviço Social, por ser uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, está subsumido ao capital, apesar de colocar-se ético e politicamente na defesa intransigente dos direitos de cidadania ampliada, não pode eximir-se de sua condição de partícipe desse processo contraditório. Talvez, aqui chegamos a um ponto de extrema relevância para o tema em tela, o grande desafio é tornar evidente que a teoria e a prática são indissociáveis.

[...] na perspectiva do materialismo dialético, na prática a teoria só pode ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se ajusta a uma prática. Aqui a teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática para contribuir com ela (SANTOS, 2010, p.27).

O que se pretende situar é a ligação intrínseca entre teoria e a prática que revela um movimento dialético, em permanente discussão e reprodução intelectual. Na mesma perspectiva, temos que a teoria possibilita o conhecimento do real, entretanto esse real objetivado é oriundo da prática, é nela que ele se revela. Trata-se, pois, de um ciclo que se renova e cria novas interpretações que vão ser o subsídio para que as ações estejam em sintonia com a realidade (SANTOS, 2010).

Para que esta sintonia seja concretizada, deve-se ter presente, a pesquisa como método investigativo do real, não somente durante a formação universitária, mas, sobretudo, no exercício profissional já institucionalizado. Pois, “é na relação pesquisa e ação, profissional e pesquisa que se adquire maturidade intelectual, que se desmitifica o aparente como realidade concreta, que se reconhece na realidade a sua complexidade e riqueza ao se construir como totalidade” (SETUBAL, 2007, p.2). Da mesma forma, é importante frisar que a relação teoria e prática tornam-se latente ao inferir que:

sem a pretensão de aprisionar a formação profissional ao espaço institucional universitário, já que se percebe a graduação como o momento inicial, finito desse processo, e a formação profissional numa perspectiva de totalidade como processo que se dá no infinito, não se pode negar que a universidade constitui o útero que acolhe e desenvolve, nos primeiros momentos da existência os futuros pesquisadores (SETUBAL, 2007, p.1)

Essas colocações são importantes para entender o conjunto de elementos que a formação profissional comporta em sua integralidade. Não se

trata apenas de cumprir um currículo acadêmico, mas implica no envolvimento com a pesquisa e com a extensão, entendido como:

[...] uma mediação necessária entre a instituição e a sociedade, estimulando a sua democratização. Possibilita soldar vínculos entre conhecimento e realidade e oxigena o processo de aprendizagem. Torna-se um “radar” sensível para identificar as lacunas no campo do conhecimento e necessidades sociais que demandam um investimento acadêmico (IAMAMOTO, 2000, p.72).

Componentes que ampliam a apreensão da totalidade social, que por sua vez, é o eixo que sustenta o processo formativo, pois, é a partir dessa captação do real que se nascem e se recriam as estratégias de ação do trabalho do assistente social.

A formação profissional não cumpre apenas o papel de formar profissionais habilitados teoricamente, mas potencializar o ato educativo de um conjunto de elementos que perpassem a mera reprodução automática e cética dos processos sociais adentrando no campo das intencionalidades que emergem da reflexão ética (BARROCO 2010; SANTOS, 2010).

Assim, consideremos alguns requisitos apontados por (CARDOSO, et.al. 1996, p.19-20) no que se refere à qualidade da formação profissional:

- a) o primeiro é a afirmação da investigação como uma atividade vital para a própria atualização e reprodução do Serviço Social. Em um mundo em constante mutação exige-se dos profissionais em geral - e do Assistente Social em particular – competência e agilidade na pesquisa e desvendamento da realidade, isto é, na apreensão da dinâmica dos processos sociais;
- b) em segundo lugar - e associado ao aspecto anterior – uma formação que almeje êxitos requer uma constante capacitação docente;
- c) por fim, uma radical reorientação dos conteúdos das matérias do currículo exige um desapego das formulações tradicionais que vinham balizando a formação profissional e uma criativa capacidade de traduzir as novas angulações implicadas no tratamento da prática profissional como processo de trabalho no cenário da questão social – grifos nossos.

Nessas propostas registra-se que a formação profissional acompanha um ciclo que deve ser mantido permanentemente, dando ênfase a pesquisa, a formação continuada e a uma crescente veiculação com a prática profissional, espaço de descobertas e intervenções mais apuradas.

De um lado, é imprescindível considerar a dimensão social que a profissão possui, uma vez inserida diretamente no trato das refrações da questão social, o Serviço Social acompanha suas constantes mutações e acirramentos. Dessa forma, exigindo-lhe a formulação de encaminhamentos

práticos para que os processos sociais sejam repensados criticamente a luz de uma visão dialética de mundo. Do outro lado, mais mantendo a mesma lógica condicionante das ações profissionais, destaca-se a necessidade de manter o ensino em Serviço Social ligado à “diversidade de paradigmas relacionados à natureza de seus conceitos, teoria e métodos de investigação e intervenção na realidade social” (OLIVEIRA, 2009, p. 60).

Neste sentido, a formação profissional se mostra como onexo causal fundante da perspectiva de enfrentamento do real personificado nas várias facetas da questão social. Esses traços evidenciam que a formação universitária deve assegurar, acima de tudo, a criticidade. Esse é um elemento indispensável na compreensão da conjuntura social e de seus rebatimentos no que concerne ao espaço de luta pela cidadania, no combate a desigualdade e busca pela liberdade, na emancipação humana e social, e ainda que conduza, para a defesa do projeto ético-político profissional, para o debate plural entre as diversas teorias de análises da dinâmica societária.

Atrelada a isto, a formação profissional como processo efetivo do acúmulo de conhecimento teórico-prático não deve, em momento algum, desprender-se do conteúdo ético-político que a profissão trás em si, pois, ao contrário, corre o risco de perder seu significado social ou mesmo, descaracterizar-se diante dos princípios norteadores de sua ação profissional, que mesmo dentro da lógica capitalista, assume um papel preponderante na defesa da ética e da igualdade social.

Considerando estes aspectos, acrescenta-se a premissa de que o Serviço Social afirma-se como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e, dessa forma, no bojo da conjuntura social contemporânea, faz-se necessário visualizar a relação universidade e mercado de trabalho. Uma vez que os espaços sócio-ocupacionais apresentam-se como campo de atuação flexível diante das diversas circunstâncias presentes no cotidiano profissional, pois, congrega o perfil institucional com os princípios e competências profissionais que nem sempre seguem a mesma logística e similitude. É preciso retirar dessa ambigüidade a raiz dessa relação intrínseca.

O que se pretende afirmar é que o mercado de trabalho encerra tanto possibilidades concretas de exercício e reprodução de força de trabalho que formamos quanto particularidades que expressam fenômenos sobre os quais devemos debruçar (CARDOSO, et.al,

1996, p. 54).

Não se trata de seguir as exigências do mercado de trabalho de maneira cética, irreflexiva, pelo contrário, pensar a formação profissional como momento de discussão, que migra do espaço acadêmico para o espaço da prática. Nesse sentido, deve está atrelada ao que se passa no mundo do trabalho, assimilando suas alterações, possibilidades e limites de atuação consciente e propositiva, para reinterpretar esse cenário e poder formular estratégias condizentes com o projeto ético-político da profissão. Nessa direção, sem nunca perder de vista as reais necessidades que se apresentam implícitas nas demandas advindas do mercado de trabalho.

Nessas condições, cabe ao ensino em Serviço Social propugnar uma formação voltada não apenas para o acúmulo do conhecimento teórico, nem tão pouco ao domínio da instrumentalidade, dos métodos de análise e capacitação técnica. Isto sim deve ultrapassar essas prerrogativas fundamentais e promover o engajamento político e participativo dos assistentes sociais no que diz respeito à sensibilização para com a criação de uma cidadania autêntica, não simbólica, que apresente vias para a emancipação humana e social. Contrarrestando na ampliação das estratégias de enfrentamento do embate histórico entre capital e o trabalho.

Para Pereira (2002, p. 22-23):

[...] há que se fazer distinção entre *formação*, cujo objetivo é gerar profissionais 'capazes de criar além das restritas ou nulas possibilidades de inovação dadas pelos papéis profissionais já existentes' Martins (1978, apud PEREIRA, 2002).

[...] e *adestramento*, de acordo com o qual os Cursos de Serviço Social seriam moldados pelas demandas do mercado e por imperativos dos blocos no poder (PEREIRA, 2002, p.23)

A importância de tal compreensão passa pelo universo da interlocução consciente do campo da prática, da teoria e da ética profissional. Isto é, trazer para o espaço formativo a conexão entre estes três componentes com vista de dotar os formandos com a capacidade crítica de assimilar, dentro de uma conjuntura tão tecnicista e pragmática, aquilo que melhor identifica a direção social contida no projeto profissional do Serviço Social.

Com efeito, a formação profissional transcende a capacitação produtiva para o mercado de trabalho, muita embora, também assuma esta perspectiva,

a mesma se encontra mais arraigada ao compromisso de formar profissionais críticos, propositivos, comprometidos com os valores e princípios éticos, que vislumbrem uma projeção de uma sociedade mais justa, humanitária e livre.

Muitos são os desafios percebidos no decorrer desta discussão. Partindo do entendimento que os mesmos possuem uma amplitude de questionamentos e proposituras diversas aos quais não podemos dá conta nem elucidá-los em sua totalidade, devido sua variedade e complexidade. Restam-nos apenas contribuir com este debate, para que ganhe visibilidade diante da categoria profissional dos assistentes sociais e possam ser esmiuçados por um número maior de sujeitos pertencentes ao universo acadêmico e prático, até por que inexiste a possibilidade de esgotá-lo.

Imbricada a este debate encontra-se a processualidade do estágio supervisionado, uma vez que se constitui como elemento síntese da formação profissional. Adentremos na discussão pertinente ao Estágio Supervisionado em Serviço Social, partindo da base legal que lhe confere autenticidade no processo de ensino-aprendizagem. Atentamo-nos para a acepção que o sentido de uma formação significa propiciar a disseminação do conhecimento, alimentando-o com novas perspectivas e pluralidade de ideias, proposituras analíticas e instrumentalidade. Passemos a discussão do Estágio, como atividade educativa perpassada pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, elementos constitutivos da formação profissional

CAPÍTULO II - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: LÓCUS PRIVILEGIADO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

2.1 O lugar do Estágio Supervisionado na formação profissional

O delinear da formação profissional transita pelo caminho da teoria e da prática, com forte tendência a criar imperativos de sua intrínseca relação. Nesses termos, surge à necessidade de garantir a qualidade do ensino, sendo pautado em três dimensões mencionadas anteriormente: a dimensão teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política. Estes são os requisitos básicos para uma formação crítica, produtiva e vinculada ao projeto ético-político do Serviço Social.

Considerando que o processo de ensino-aprendizagem se configura como elemento síntese que agrega num mesmo espaço a teoria e a prática, partimos do princípio que para discutir formação profissional com ênfase no Estágio Supervisionado como elo que agrupa estes dois componentes, é preciso fazer um resgate da construção sócio-histórica do Estágio Supervisionado em Serviço Social.

É fundamental que seja tematizado acerca do arcabouço legal que confere materialidade ao estágio supervisionado como, por exemplo, a PNE/2010. Também é importante resgatar um conjunto de normas que se constituiu numa conquista preponderante para a sistematização, organização e embasamento teórico-metodológico e didático do estágio, enquanto parte constitutiva do processo formativo acadêmico como: a Lei nº 11.788/2008 e a Resolução CFESS nº 533/2008, relativa à supervisão direta de estágio prioritariamente. Como relevante orientação normativa, ainda temos as DCs/1996, a Lei que Regulamenta a Profissão e os demais documentos que fundamentam a atividade do Estágio Supervisionado.

O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória e, para que se cumpram os muitos aspectos pedagógicos e formativos que compõem o conjunto de documentos citados anteriormente, a sua carga horária deve atingir no mínimo 15% das 3000 horas (carga horária mínima) do curso de Serviço Social. Deve ser cumprida, conforme prevê o parecer nº 8/200716 e a Resolução nº 2 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação -

Câmara de Ensino Superior/ MEC (PNE/ABEPSS, 2010, p.29). Alicerça a matriz do conhecimento teórico-prático que perpassa a formação acadêmica e legitimando o processo do ensino da prática dentro de uma lógica crítica, que subsidie os alunos com um aparato instrumental, teórico-metodológico e ético-político para atuarem junto ao cotidiano profissional.

Assim, o estágio passa a ser concebido como oportunidade de aproximação dos estudantes com a realidade concreta, elo que envolve a teoria e a prática num mesmo segmento.

Dessa forma, consideremos o Estágio Supervisionado enquanto momento privilegiado do acúmulo, reflexão e apreensão do conhecimento da realidade institucional. É a vivência do exercício profissional, contemplando seus limites e possibilidades reais e da problematização das configurações que permeiam o trabalho do assistente social, tomando a “questão social” como expressão das mil facetas do real contraditório (BURIOLLA, 2011; LEWGOY, 2009)

Esta atividade é formalizada na Lei nº 11.788, que caracteriza, em seu Art. 1, o estágio como um:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos – (grifos nossos).

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (<http://www.planalto.gov.br>).

Na formulação dessas diretrizes uma particularidade é objeto de reflexão, principalmente para área de Serviço Social. A denominação de Estágio Supervisionado como foco na “preparação para o trabalho” é passível de contestação na medida em que o papel do Estágio Supervisionado na formação profissional não se limita à “preparação para o trabalho produtivo”, considerando o conceito marxista – trabalho que gera valor para o capital. Esta atividade formativa transcende esta perspectiva pragmática de produtividade e adentra pelo universo da criticidade, da capacidade de

análise, do ver dialético, da problematização propositiva (LEWGOY e SCAVONI, 2002; OLIVEIRA, 2009).

Dessa forma, assume o papel de abrir horizontes para que os estagiários possam descortinar o saber acumulado que se coloca como uma constante. É o momento do reconhecimento, sobretudo, dos subsídios, ferramentas e instrumentos que a categoria dispõe na condição de profissão vinculada a um projeto societário voltado para a emancipação humana e social. Assim, o Estágio Supervisionado ganha notoriedade, pois, aproxima os estudantes dos princípios subjacentes ao trabalho do assistente social, tendo como norte o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

No fortalecimento dessa reflexão, Forti e Guerra (2010, p.106) afirmam que somente:

[...] a orientação teórica do ensino da prática que privilegia a *totalidade* como método de análise a sociedade burguesa é a **única** possibilidade para a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional, que se pretende generalista, propositivo, crítico e comprometido com a efetivação da cidadania [...].

Constituinte do processo de formação profissional o Estágio Supervisionado, torna-se um campo fértil para a aproximação dos estudantes com o conteúdo ético-político do Serviço Social. Muito embora, este perpassa a formação como um todo é no estágio que o aluno vê-se frente a frente com situações vivenciais que denotam saberes específicos e posturas profissionais de teor ético.

Sabemos que as exigências postas à qualificação da formação profissional são muitas, logo, o Estágio Supervisionado merece uma atenção especial, por se tratar de um campo que integra o conhecimento com a vivência cotidiana. Segundo os pressupostos das Diretrizes Curriculares de Serviço Social, o estágio supervisionado:

é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 e o Código de Ética (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo. (ABEPSS, 1996, p. 19).

Para que a processualidade de sua realização não seja desvirtuada

daquilo que se propõe, no estágio o aluno deve conhecer as competências, instrumentos e atribuições requeridas ao assistente social para que a incessante interlocução entre o ensino teórico vislumbrado na prática possa dar suporte à constituição de sua identidade profissional. Nas palavras de Buriolla (2011, p.17):

[...] intenciona-se um estágio que permita ao aluno o preparo efetivo para o agir profissional: a possibilidade de um campo de experiência, a vivência de uma situação social concreta supervisionada por um assistente social competente, que lhe permitirá uma revisão constante dessa vivência e o questionamento de seus conhecimentos, habilidades, visões de mundo etc., podendo levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e num contexto sócio-histórico mais amplo.

Nessa linha de pensamento, parece oportuno frisar a necessidade da sensibilização do aluno no tocante ao meio que está inserido. Deve-se deixar claro que o ambiente institucional é afetado pelas contradições do capital, impasses que dirimem as possibilidades de uma atuação mais abrangente e dinamizada. Os espaços sócio-ocupacionais, não estão imunes ao contexto econômico, político e social, pelo contrário, aglutinam em si suas influências e determinações, minando o campo de atuação do assistente social, não de forma absoluta, pois, dispomos de relativa autonomia⁴.

Isto implica dizer que:

o conhecimento da realidade institucional também é fundamental na atividade de estágio, pois, possibilita ao estagiário de Serviço Social conhecer os limites da instituição, entender as relações de poder que se estabelecem e como construir estratégias inerentes à ação profissional. Ao se defrontar com o contexto institucional, o estagiário também tem a oportunidade de se aproximar de diferentes papéis dos sujeitos inseridos no exercício profissional, identificando sua própria responsabilidade no encaminhamento das questões que são apresentadas na dinâmica do campo de estágio. (OLIVEIRA, 2009, p. 104)

Tudo isso, pode gerar impactos sobre o estágio supervisionado, e principalmente sobre a apreensão dos alunos para com essa atividade formativa. Desta forma, concordamos com Oliveira (2009, p. 101) quando diz

⁴ Na ótica de Forti e Guerra (2010, p. 9) ao se referir ao assistente social como profissional de nível superior retratam que [...] apesar de ser trabalhador assalariado e dos limites definidos pelas instituições empregadoras, tem responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações, uma vez que é portador de relativa autonomia na execução de suas atividades.

que para garantir a legalidade do Estágio Supervisionado nesta conjuntura adversa a seu conteúdo pedagógico e reflexivo é preciso no mínimo:

[...] condições necessárias para que as instituições possam efetivamente se configurar como campos de estágios. As atividades desenvolvidas devem ser inerentes à área do Serviço Social e realizadas de acordo com o Código de Ética do Assistente Social (1993) e com a Lei de Regulamentação da Profissão (1993). [...] é necessário que a instituição reconheça o estagiário como um sujeito em processo de formação e possibilite sua inserção de forma ética e totalizadora no referido espaço para o necessário processo de capacitação profissional.

Baseado nisso, a busca pelo desvendamento desse cenário contraditório e dispare que por vezes permeia a formação profissional é, o primeiro eixo no qual o estágio deve pautar sua atitude de indagação permanente. A proposta é passar de um olhar simplificador para um olhar crítico (LEWGOY E SCAVONI, 2002, p.6).

Como podemos observar:

a formação da atitude crítica do aluno depende tanto da apropriação do conhecimento já produzido como do processo de produção desse conhecimento; sua participação ativa significa, ao longo do processo de formação, torna-se sujeito de sua relação com o conhecimento e com o processo de apropriação deste. A criticidade é um modo de relação com a informação que supera o modo espontâneo e irrefletido de conhecer (LEWGOY, 2010, p.126).

Não dá para negar que o Estágio é um espaço afirmativo do processo educacional, que condensa um quadro de significações diversas que convergem para o confronto entre o real e o ideal, este contido no projeto profissional. Parece indiscutível a tendência contraditória que aflige o “saber-fazer” profissional, isto é, o sentido atribuído ao trabalho do assistente social se esbarra nos entraves institucionais, sendo vistos como reflexos da organicidade da sociedade capitalista, que o distancia de suas propostas de intervenção.

Em função disso, o aluno acaba desvirtuando suas interpretações daquilo que é previsto pelo projeto de formação, onde sua postura crítica perde-se no emaranhado de tantas contradições. Nesse universo, podemos indicar que ocorrem as chamadas “frustrações”, pois o aluno, mesmo partindo da totalidade acaba tendo uma visão empobrecida do contexto que está inserido, por falta de um suporte didático-pedagógico que o oriente a pensar

dialeticamente.

É importante destacar que o estágio é um instrumento que possibilita o exercício crítico e reflexivo acerca das hipóteses levantadas, dos comportamentos dos sujeitos e singularidades de cada espaço de atuação, das posturas assumidas e do desenvolvimento do trabalho do assistente social. É interessante que esteja sempre em sintonia com o senso-crítico para visualizar a teia de relações que perpassa esse processo, dando margem a multiplicidade de interpretações e entendimentos com fins formativos, incitando o aluno a aprender (LEWGOY E SCAVONI, 2009; RIBEIRO, 2009).

Entende-se que a realização do estágio supervisionado em Serviço Social exige um conjunto de condições efetivas para sua sistematização. Precisa está em sintonia com o projeto que a categoria profissional toma como norte orientador de sua prática, sendo pautada no desvelamento dos fatores que consubstanciam a realidade social num movimento dialético que oscila entre momentos de rupturas e continuidades.

Assim, o Estágio assume um status de destaque no processo de capacitação teórico-metodológica do aluno para o exercício profissional, enquanto campo de indissociabilidade entre a teoria e a prática que por aproximá-lo da realidade institucional possibilita uma maior atenção para com as questões conjunturais. Como afirma Oliveira (2004, p. 67):

[...] a vivência do aluno no campo de estágio estará mais direcionada para sua capacitação reflexiva e analítica acerca da prática do Serviço Social, possibilitando desvelar os aspectos imediatos do agir profissional, contribuindo assim para uma qualificação coerente com os pressupostos da profissão e conciliada com as exigências dos novos tempos.

É pertinente insistir no aspecto nuclear do Estágio Supervisionado enquanto elemento metodológico da qualificação profissional, o qual não se efetiva desvinculado das novas exigências postas à profissão. É necessário reconhecer as inflexões das transformações no mundo do trabalho que eleva as relações sociais a outro patamar, mais excludente e alienante, sob a ótica neoliberal.

Podemos observar o reordenamento da formação profissional, constantemente afetada em seus componentes pedagógicos pela privatização do sistema educacional. Essa lógica oprime os indivíduos e provoca um

retrocesso da capacidade crítica e propositiva. Identificamos que esta perspectiva busca um saber operacional mecanizado, que visa apenas os resultados do processo independente dos efeitos gerados serem positivos à formação profissional, levando-os a reproduzir automaticamente aquilo que lhe é imposto sem questionamentos nem oposição.

O processo formativo em Serviço Social percorre a mesma trajetória pragmática, voltada às respostas que provoquem um efeito imediato, o que evidencia a perda do viés democrático e o esfacelamento do compromisso com a emancipação humana e social. Os sujeitos tornam-se peças do quebra-cabeça no qual o capital imprime as regras.

Entre outros aspectos, estes acarretam ao Estágio, um forte impacto em seu desenrolar sendo perpassado pelas configurações emergentes do mercado de trabalho que atingem a dinâmica dos espaços sócio-ocupacionais, no qual o aluno está inserido, bem como afetam drasticamente o próprio exercício profissional, muitas vezes dirimindo o sentido real do Estágio, como *lócus* preferivelmente voltado ao ensino-aprendizagem.

Esta conjuntura incide diretamente sobre as bases estruturantes do Estágio Supervisionado, pois, a relação campo de estágio e exercício profissional acompanha o mesmo nível de enquadramento dentro da lógica neoliberal. Esta realidade pode implicar na deterioração dos elementos basilares de uma formação de qualidade: a criticidade, a capacidade de indagação e a postura ética, política e propositiva diante do enfrentamento da facetas da questão social. Esses elementos não devem se dar de forma aleatória, desordenada e irrefletida, mas, sobretudo, deve sintonizar as ações profissionais com as reais necessidades da população, estas visualizadas pelos estagiários no desenrolar do Estágio Supervisionado.

Este contexto contribuiu também para que a ABEPSS, enquanto instância maior de representatividade da categoria dos assistentes sociais ao nível da formação, identificasse a necessidade de formular um documento que oriente a execução de um Estágio Supervisionado de qualidade na esfera pública e privada. Formalizar uma atividade acadêmica que equipare os níveis de conhecimento e habilidades teórico-metodológicas e técnico-operativas e que abarque as novas perspectivas de ação profissional, produzindo subsídios à

sistematização do Estágio e garantindo o efetivo ensino da prática.

2.2 O Estágio Supervisionado em Serviço Social e normatização da Política Nacional de Estágio

A ABEPSS como entidade representativa, da categoria dos Assistentes Sociais, responsável pelo ensino e pesquisa em Serviço Social, tomando como prioridade o projeto de formação profissional, pautado nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político promove em rede nacional um grande movimento para debater acerca do estágio supervisionado, sobretudo, no que se refere a seu papel no projeto de formação profissional. Após intensas discussões, que analisaram estes aspectos ressaltados acima, a ABEPSS aprova a Política Nacional de Estágio (PNE) em 2010, que legisla sobre os parâmetros e diretrizes que devem ser seguidos para a sistematização do Estágio Supervisionado, enquanto momento especial da formação profissional, legitimando seu caráter formativo, autônomo, reflexivo, criativo.

De acordo com a PNE/2010,

o estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (p.14).

Efetivamente, o Estágio é percebido como fator indispensável para o reconhecimento da profissão como práxis social, que percorre um movimento dialético, enveredando por um caminho denso e contraditório, pois, está subsumido a dinâmica do capital, sendo influenciado diretamente por suas determinações. Além disso, o Estágio é um espaço potencializador de reflexão, pois, envolve sujeitos que pensam e agem diferentemente diante das muitas situações vivenciais que englobam o campo das ações profissionais

(SANTOS, 2010).

Com isso, a PNE descreve o papel de cada sujeito envolvido no processo de estágio:

aos (às) supervisores (as) acadêmicos (as) compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. Aos (às) supervisores (as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o (a) supervisor (a) acadêmico (a), no processo de supervisão. E ao (à) estagiário (a), sujeito investigativo, crítico e interventivo, Cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social (2010,p.19-20).

A PNE manifesta-se como um direcionamento de comportamentos e ações qualitativas para o melhor desempenho do aluno e dos supervisores, à medida que dialogando contribuem simultaneamente para a formação profissional num viés investigativo e propositivo que atribuem perspectivas de trabalho e horizontes a serem explorados.

Como afirma Lewgoy e Scavoni (2002, p.7) o aluno através do estágio “[...] desenvolve a capacidade de problematização, ou seja, propõe questões, levanta hipóteses, infere deduções sobre as questões sociais, participa do jogo dialético de argumentar e contra-argumentar.” Dessa forma, fica evidente que o mesmo se configura como um espaço privilegiado da dimensão pedagógica do curso de Serviço Social, uma vez que, dá abertura para um debate democrático que exige uma troca de conhecimento mútuo entre os sujeitos envolvidos: aluno, professor e profissional. Cada participante deve apresentar sua visão acerca da realidade que está sendo vivenciada no campo de estágio, através das muitas experiências relatadas, ampliar a apreensão dos aspectos que dão sentido e dinâmica ao processo da formação ensino-aprendizagem.

Estamos nos referindo à troca de conhecimento, no debate democrático que se configura como espaço de diálogo e co-aprendizagem

entre os indivíduos que compõe o estágio: alunos e supervisores. Isto acontece por meio da supervisão acadêmica e institucional, premissa básica para que a realização de estágio nas instituições cumpra seu papel na formação profissional. Ampliando e enriquecendo o ensino da prática com a socialização das experiências profissionais, permitindo o contato direto com os elementos que embasam o exercício do assistente social.

Seguindo está reflexão:

[...] estágio e supervisão formam um conjunto unificado cujo objetivo é o ensino teórico-prático do Serviço Social para a aprendizagem profissional, articulado necessariamente ao conjunto do curso e resultante da expressão de um projeto político-pedagógico de ensino para a formação profissional (PINTO, 1997, p.55).

Assim, não há como negar a necessidade de preservar a indissociabilidade entre estágio e a supervisão acadêmica e profissional, pois, o estágio como atividade formativa, requer uma orientação para que os alunos diante das circunstâncias práticas que se revelam no cotidiano institucional, possam agir de acordo com suas funções e competências, enquanto sujeitos em processo de aprendizagem.

É importante frisar que através do Estágio o aluno é inserido no bojo da dinâmica institucional e social sem nenhuma bagagem prática anterior. Isso requer uma orientação profissional para que o mesmo apreenda no cotidiano profissional aquilo que é inerente ao Serviço Social, e ainda, aquilo que compete a sua atuação, enquanto sujeito em formação. Por isso, merece destaque a ideia de que:

supervisionar, nesta perspectiva, é auxiliar o aluno no desenvolvimento de seu projeto político-profissional. Envolve a contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, do pensar autônomo, do saber indagar e problematizar e, conseqüentemente, investigar, planejar e executar propostas qualitativas, na dinâmica das relações entre Estado, Sociedade Civil e Instituição (unidade de ensino e dos campos de estágio). Tudo isso, na busca de respostas sociais às demandas que estão postas para a profissão (LEWGOY; SCAVONI, 2002, P.2)

Seguindo essa reflexão a supervisão contribui decisivamente para a construção do perfil profissional, sendo vista como uma possibilidade de disseminação do saber prático. Caracteriza-se como “momento intersubjetivo,

um ato educativo” (LEWGOY; SCAVONI, 2002, p.2) que agrega valor a perspectiva, que toma o estágio como atividade teologicamente orientada. Pois, a partir da supervisão de modo conjunto e contínuo se traçam os objetivos e metas que devem ser alcançadas ao longo do Estágio, para que, haja o intenso fortalecimento de seu caráter formativo e reflexivo.

Diante dessas tendências apontadas para que a real funcionalidade da supervisão de estágio seja de fato colocada em prática, observemos os apontamentos descritos na Resolução do CFESS nº 533/2008:

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo de seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino (p. 3-4).

Entendendo o estágio como processo de aprendizagem teórico-prática que exprime uma dinâmica reflexiva, com uma matriz pedagógica de teor crítico, é de suma importância que o próprio assistente social realize a supervisão, pois, só assim os componentes que fundamentam o Serviço Social serão repassados coerentemente e proporcionarão uma formação qualificada e concernente com os princípios norteadores da profissão.

Supervisionar remete a ideia de orientar, dá assistência teórica e prática para determinadas situações que fogem das possibilidades de atuação dos estagiários, pois, ainda são aprendizes, inexperientes. Necessitam de orientação profissional para adentrarem no campo das intencionalidades e fazer uso da instrumentalidade como mecanismo de atuação.

Neste caso, faz-se notório que:

a supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio (OLIVEIRA, 2004, p. 68).

É indispensável uma ação conjunta e articulada entre as três sujeitos constituintes do Estágio Supervisionado: aluno, professor e profissional. Dessa forma, as experiências profissionais, estratégias de ação e propostas de enfrentamento das múltiplas refrações da questão social podem ser

socializadas a ponto de gerar um debate democrático e produtivo. A positividade desta ação é sentida na repercussão que este núcleo discursivo proporciona aos estagiários, uma vez iniciando o contato direto com a prática, o aluno se depara com situações que fogem da sua capacidade técnica e instrumental, pois, na academia não vê-se de forma integral a operacionalidade do exercício profissional (OLIVEIRA, 2004)

Assim, uma questão importante a ser colocada em pauta é amplitude que a supervisão dispõe no seio do processo formativo. Sabemos das lacunas existentes na formação profissional, devido à lógica do ensino massificado, trazida pelo neoliberalismo, que tanto agride o caráter pedagógico, didático e reflexivo da formação acadêmica⁵.

Todo esse contexto danifica o papel que a educação possui mediante a disseminação do conhecimento crítico e, articulado à perspectiva de um saber que leve os sujeitos a refletirem eticamente, fazendo ponderações conscientes sobre o que está posto, mas que nem sempre expressa a realidade concreta.

Tomando isso como referência, o Estágio aparece como um campo da formação que passa por tudo isso, sofrendo influências do reordenamento das configurações sociais, da reforma do ensino superior e das muitas determinações do capitalismo contemporâneo.

É necessário refletir que o saber transmitido numa formação profissional integra o conhecimento teórico com o empírico, que se dá na aproximação com a realidade social. Neste caso, o Estágio possui esta funcionalidade, de aproximar os estudantes da dinâmica societária a partir da sua inserção no cotidiano institucional.

Dessa forma, para que esta aproximação obtenha êxito no que toca a uma aprendizagem qualificada sob um viés crítico que proporcione um olhar atento às contrastes sociais, um dinamismo nas intervenções por parte dos estagiários sob acompanhamento dos supervisores, é imprescindível, fazer uma ponte com a instrumentalidade que envolve o Serviço Social.

⁵ Desde os anos 1960, com a intervenção do Estado o sistema universitário tem sofrido sérias mudanças o que provoca toda uma força opositora a formulação de um currículo mínimo, que abarque a opção por um ensino pautado na direção social hegemônica do Serviço Social, enriquecendo as análises das particularidades históricas, das expressões da questão social, enfim do movimento das relações sociais de modo a contribuir para a legitimidade do trabalho do assistente social (CARDOSO, et.al 1996).

Segundo Guerra (2000, p.2), a instrumentalidade⁶:

[...] possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

A instrumentalidade não se restringe ao aparato de instrumentos técnicos, implica na capacidade de fazer mediações, de se colocar em meio às contradições traçando estratégias de ação que enveredem pelo caminho da ruptura de ações pragmáticas que assolam delinear do exercício profissional, descaracterizando o que é pertinente ao Serviço Social.

Como podemos perceber, a instrumentalidade permite posicionar-se frente às exigências profissionais, de forma crítica ou não. Contudo, na sua totalidade abarca perspectivas de uma atuação profissional mais ampla que não se fixa numa prática rotineira, ao contrário procura desenvolver um dinamismo em na sua execução.

Tudo isso incide diretamente no decorrer da sistematização do Estágio, no que diz respeito à repercussão que as iniciativas profissionais provocam no cotidiano profissional e que são apreendidas pelos alunos contribuindo para a construção do processo formativo. Estas são prerrogativas de um exercício profissional competente, vinculado ao projeto social de ruptura com a ordem do capital, as mesmas devem ser apreendidas no desenrolar da formação profissional, incitando o alunado a tecer mediações entre o ideal e o real.

Deve-se notar que, muito embora se discuta a instrumentalidade, as técnicas, os princípios e os métodos de abordagem, não é possível afirmar categoricamente que o ensino acadêmico proporcione uma bagagem prática completa aos alunos. Todavia, a teoria ministrada e assimilada, apesar de

⁶ Para Guerra essa instrumentalidade se dá em três níveis: 1. da instrumentalidade do Serviço Social face ao projeto burguês, o que significa a capacidade que a profissão porta (dado ao caráter reformista e integrador das políticas sociais) de ser convertida em instrumento, em meio de manutenção da ordem, a serviço do projeto reformista da burguesia.; 2. da instrumentalidade das respostas profissionais, no que se refere à sua peculiaridade operatória, ao aspecto instrumental-operativo das respostas profissionais frente às demandas das classes, aspecto este que permite o reconhecimento social da profissão, dado que, por meio dele o Serviço Social pode responder às necessidades sociais que se traduzem (por meio de muitas mediações) em demandas (antagônicas) advindas do capital e do trabalho; 3. a terceira condição da instrumentalidade é a de ser uma mediação. (GUERRA, 2000, p.8 e 11).

refletir a realidade social, campo de atuação do trabalho do assistente social, não contempla o conjunto de estratégias profissionais no seu todo orgânico. Este é construído dialeticamente à medida que vão surgindo novas demandas, em consequência do estado perene do tecido social (RIBEIRO, 2009)

Neste entendimento, concordamos com Oliveira (2004, p. 72) quando ela explicita que:

ao concebermos o estágio no processo de formação profissional como momento em que o aluno aplica os conhecimentos teórico-metodológicos na realidade concreta, estamos incorrendo num equívoco, pois, determinada situação vivencial, por mais ampla e completa que seja, não possibilita a inserção de todos os conteúdos conceituais trabalhados pelos cursos. Estaríamos, assim, atribuindo ao estágio algo praticamente impossível, visto que a articulação teoria e prática, sendo de unidade relacional, inviabiliza o estabelecimento de uma relação direta e imediata.

Assim, a supervisão é de suma importância para que conteúdos que se remetam a técnica, ao pensar reflexivo e a capacidade investigativa, possam ser ministrados como contribuição ao aperfeiçoamento operacional da instrumentalidade do Serviço Social.

Evidencia-se, então, a supervisão como um momento intersubjetivo, um ato educativo. Observa-se que a finalidade, os objetivos e o conteúdo programático (articulação do conjunto dos conhecimentos das disciplinas teóricas) são apresentados com fins formativos, incitando o aluno a apreender, numa dimensão prático-teórica. (LEWGOY E SCAVONI, 2002, p.2)

O processo formativo pretende oferecer aos alunos uma aprendizagem que una num mesmo plano a teoria, a prática e a ética profissional, para que isso seja visualizado como uma unidade indissociável. Nesse sentido, a supervisão assume o papel de protagonista no que toca a orientação teleologicamente vinculada à perspectiva de um projeto de formação qualificado, abrangente e sintonizado ao movimento do concreto. Com projeções que guiarão os estagiários quando se defrontarem com as mais diversas situações interventivas do Serviço Social.

Capacitar e orientar nestas condições traz a ideia de transmissão de conhecimento, um saber construído gradativamente com oscilações periódicas no nível do assimilar e do questionar ativamente, que seria um questionamento seguido de uma sugestão, uma proposta que viesse trazer novas configurações, novos caminhos para o delinear do ensino teórico e

prático. Isto é, o acúmulo do conhecimento passa por um processo de construção/ desconstrução do saber assimilado paulatinamente, levando o sujeito a repensar e a questionar os aspectos, perspectivas e elementos expostos de forma permanentemente, mas nem sempre com a mesma intensidade.

Essa colocação é embasada no entendimento de que o estagiário, enquanto sujeito no processo de formação profissional, é levado a assumir efetivamente aquilo que lhe cabe. Isto é, deve situa-se dentro do que acontece na instituição, naquilo que é específico ao trabalho do assistente social, observar se as suas funções estão em consonância com as competências a ele inerentes, enquanto sujeito em processo de formação, uma vez que é co-responsável pelo desenrolar das atividades, projetos e ações da área de abrangência do Serviço Social.

Mantendo essa linha de raciocínio, destacamos que “no estágio, o estudante tem a oportunidade de vivenciar e exercer a ética profissional, posicionando-se em relação às questões inerentes ao trabalho profissional” (OLIVEIRA, 2009, p.104). Basicamente, propicia ao aluno uma auto-afirmação de seu perfil profissional, com vias para construção e desconstrução dos elementos e fatores condicionantes ao que considera como pilar da atuação profissional frente a um contexto contraditório, fragmentado e inconstante, passível de mudanças do aparato técnico-operativo e teórico-metodológico devido à rotatividade das exigências profissionais.

Para criar um ambiente favorável ao Estágio Supervisionado fazendo com que este percorra esse caminho, falemos agora de um aspecto apontado por Oliveira, como prerrogativa da legalidade desta atividade formativa: o Plano de Estágio.

O plano de estágio, como atividade obrigatória deve ser elaborado conjuntamente pelo estagiário e pelo supervisor institucional, sob o acompanhamento do supervisor acadêmico. “Nele deverá ser especificado, teórica e metodologicamente o conjunto de atividades que serão realizadas pelo estagiário em conformidade com o projeto ético-político profissional e o projeto pedagógico do curso” (OLIVEIRA, 2009, p.10).

Considera-se esta estratégia didática como uma possibilidade concreta

de disciplinar o conteúdo operativo do estágio, ao qual o estagiário deve atentar-se para desempenhar seu papel, em conformidade com as atribuições que podem ser dirigidas a sua execução, seja apenas por ele ou com o supervisor de campo.

Além disso, o Plano de Estágio oportuniza ao aluno a aproximação com os instrumentos e técnicas, não de forma aleatória, mas, encaminhada a partir de sua vivência prática, elencando assim, as prioridades que devem ser atendidas e os procedimentos que darão materialidade a ação interventiva.

Para que o Estágio Supervisionado não se volte para a mera reprodução do que está posto, reforça-se a premissa de que no interior de suas atividades devem sempre conter um viés crítico e reflexivo, delimitando aquilo que é inerente a sua competência, a partir de um contexto de elaboração, proposição e intervenção compactuada entre o aluno, o supervisor e o professor (RIBEIRO, 2009, OLIVEIRA, 2009, LEWGOY, 2010).

O Estágio Supervisionado, enquanto espaço afirmativo da formação profissional, vê-se envolto por uma série de desafios que evidenciam as atuais configurações do mundo do trabalho. É imprescindível fazer referência ao direcionamento político assumido pela política educacional sobre as determinações da ofensiva da reforma do Estado brasileiro nas duas últimas décadas, principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB/1996), sendo apreendida como uma:

[...] política educacional cujos elementos têm contribuído para o aumento da concorrência no mercado educacional e para mercantilização da educação superior que, como qualquer outra mercadoria, é colocada à venda, anunciada em panfletos e outdoors. (RIBEIRO, 2009, p. 86)

Esse direcionamento danificou a estrutura de um projeto de formação de viés crítico, com dimensões democráticas e sintonizadas com a abertura ao acesso a uma educação qualificada, num sentido mais amplo que a mera preparação para o mercado de trabalho. Deve ser considerado o universo dos sujeitos envolvidos e a dinâmica da própria sociedade, enquanto terreno heterogêneo de pensamentos, necessidades e valores éticos e políticos. No processo de formação profissional existe o fator da co-aprendizagem, uma troca de saberes específicos que dinamizam a compreensão dos conteúdos teórico-práticos que perpassam a formação profissional. Formar não só

tecnicamente, mas capacitar para uma releitura da realidade como oportunidade de ultrapassar a educação “bancária”, que só transmite conceitos prontos, acabado sem nenhuma possibilidade de questionamento.

Para clarificar, esse pensamento está em conformidade com o que nos diz Lewgoy (2009, p.43) acerca dos desafios postos ao Estágio e a própria supervisão, diante do redimensionamento do ensino, por isso, torna-se preponderante:

a visualização da lógica mercantilista e empresarial impressa ao trabalho que é executado na universidade brasileira. É preciso entender que essa é uma lógica que estimula a privatização dos serviços e que pensa o ensino superior segundo critérios do mundo empresarial [...]. Outro desafio é considerar o estágio supervisionado diante desse contexto numa perspectiva de formação, não só de Informação.

Convém lembrar, que o Estágio é o momento do pensar investigativo, do dialogar teoricamente, da socialização da prática. É a fase da construção da matriz profissional, onde o aluno, inserido no contexto profissional, visualiza os caminhos do exercício profissional trazendo para si aquilo que lhe é exposto, daí a importância da supervisão, como norte orientador desta apreensão sistemática.

Assim, o Estágio como “ato educativo” transmite a ideia de formar, sedimentar valores, destrinchar o universo do saber, refletir eticamente para que o aluno possa perceber-se dentro de um projeto maior, que é o projeto ético-político profissional (FORTI; GUERRA, 2010).

Isso repercute na percepção assimétrica entre o estagiário e o papel que desenvolve dentro do campo de estágio, permitindo perceber que:

[...] há uma tendência de identificá-lo como profissional da instituição-campo de estágio, ficando assim responsável pelo encaminhamento de atividades que nem sempre são condizentes com a sua condição de aluno. Outro viés é o estagiário ser considerado, em muitas realidades, como mão-de-obra, fazendo parte do quadro funcional da instituição e, portanto, sendo subordinado às suas exigências. (OLIVEIRA, 2004, p. 68)

Observa-se diante do exposto, que algumas lacunas precisam ser preenchidas, moldadas ou até mesmo superadas para que o estagiário não seja visto como mão de obra barata e permaneça desenvolvendo atividades que não coincidem com suas atribuições. Frequentemente, isso pode ser

percebido de forma mais evidente no Estágio não-obrigatório⁷, porque, muitas vezes os estagiários procuram-no como atividade laborativa, o que pode causar deturpações no caráter formativo por está, erroneamente, implícito, que se mantém um vínculo similar. Porém, sabemos que a partir da Lei Federal 11.788/2008 e da DCs/1996, tanto o Estágio obrigatório como o não obrigatório seguem as mesmas obrigações formativas e legais, e em hipótese alguma firma vínculo empregatício (Art. 3º).

Com esta problematização, reforçamos que:

a reflexão sobre competência e qualidade no processo de estágio supervisionado ganha relevância na medida em que, do ponto de vista ético-político, esses fundamentos possam ser investigados e verificados quanto às implicações de suas contradições. Estas, ao serem identificadas, devem ser superadas não apenas no campo das ideias, mas, sobretudo, na prática compromissada que se desenvolve socialmente (LEWGOY, 2009, p. 49).

Assim, permanece a necessidade de tomar o Estágio como constituinte da formação profissional, como nexos que retrata a relação teoria e prática no que se tem de mais intrínseco. É significativo frisar que o conteúdo do Estágio Supervisionado ultrapassa a apropriação da instrumentalidade técnica e operativa da atuação do assistente social, no instante que transita da capacidade cognitiva do aluno ao aprender a realidade social, personificada na dinâmica institucional, para o apoderamento dos princípios ético-políticos que remetem a uma prática social consciente. Voltada para a defesa do projeto ético-político da profissão e principalmente, quando mescla componentes teóricos com a concretude das ações profissionais, diante da permanente transformação social.

A formação profissional efetiva-se na continuidade da capacidade investigativa adquirida no estágio, a qual funda a base de sua legitimação. Por considerar o Serviço Social uma profissão eminentemente interventiva, para intervir no real posto, deve-se primeiramente conhecê-lo em suas particularidades. Sem sombra de dúvidas, estar atento ao movimento do real possibilita ao estagiário construir sua matriz identitária enquanto profissional e ser político. No tocante ao momento que este percebe-se como sujeito dentro do processo formativo, que não se esgota na academia, mas envereda pelo

⁷ Art. 2º O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (Lei Nº 11.788 de 25 de novembro de 2008)

fluxo e refluxo de uma atividade prática e teórica com sucessivas aproximações com a práxis social, tida como renovação constante do pensar e do agir dialético.

Aqui cabe reforçar que o Estágio se constitui como um momento privilegiado que expressa concretamente a unidade entre a teoria e a prática, pois, ao inserir os estudantes na dinâmica do cotidiano institucional propicia um engajamento nas atividades que circunscreve o exercício profissional. Assim, além de adquirir experiência no espaço laborativo do assistente social, fortalece sua matriz teórica, assimila novos conceitos, peculiaridades da profissão, tendo a chance de visualizar de perto as expressões da questão social e as estratégias de ação que são tomadas em determinadas situações vivenciais.

Baseado em tais considerações afirmamos categoricamente que o Estágio Supervisionado é o campo privilegiado do ensino da prática, é por meio dele que os estudantes constroem seu perfil profissional, devido estarem sintonizados com a realidade da profissão nas suas entrelinhas. O que de fato ocorre, é a explicitação das ações profissionais, no qual o aluno pode questionar, refletir, problematizar e agir, seguindo os valores apreendidos a partir deste contexto ímpar.

A discussão acerca do Estágio Supervisionado requer um cuidado específico, pois, envolve três sujeitos com diferentes interpretações e que se posicionam de acordo com aquilo que considera importante para a formação profissional, uma vez que a cada um cabe algo peculiar.

Dessa forma, nosso estudo foi pautado na premissa de ouvir atentamente o que os estudantes têm a falar acerca de suas concepções, no que se refere ao estágio supervisionado como constituinte da formação profissional. Para extrair daí a raiz que fundamenta a ideia de uma dicotomia entre a teoria e a prática.

Como salientamos no decorrer de nossa pesquisa, esta ideia é incoerente, uma vez que a teoria e a prática são indissociáveis, uma encontra na outra a fonte de sua legitimação. A construção do aparato teórico sucinta da observação da realidade social, terreno em que se gesta a prática profissional, de acordo, com o desenrolar da própria dinâmica, contradições e determinações societárias.

O espaço no qual podemos vislumbrar todo esse processo é no Estágio Supervisionado, momento do ensino da prática que revela toda uma circunstância favorável a apreensão do real concreto. Atividade que contém num só campo a teoria e a prática, pois, nele esta relação torna-se nitidamente perceptível.

Compondo tal disposição de apreensões, buscaremos a seguir tornar explícito o diálogo que traçamos com os estudantes de Serviço Social, a partir deste momento de troca de ideias, de suposições, especulações teóricas problematizaremos as muitas interpretações que circundam a temática do Estágio Supervisionado, como lócus privilegiado da formação profissional.

CAPÍTULO 3 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ESPAÇO PRIVILEGIADO DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

A discussão aqui presente aborda questões referentes à problematização do Estágio Curricular obrigatório, de acordo com os resultados de nossa pesquisa. Objetivamos articulá-los com o projeto de formação profissional que apresentamos neste estudo desde o início, projeto pautado na criticidade, na ética e na qualidade do ensino. Temos como norte discursivo o ensino da prática no curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba.

Para tanto, iniciaremos, com a caracterização do estágio supervisionado, destacando como se dá sua sistematização no decorrer do Curso, o perfil dos alunos inseridos no estágio, as atividades realizadas por estes. Por fim, explicitaremos os elementos que contemplam a discussão teoria e prática, com ênfase nos fatores que evidenciam os motivos pelos quais o jargão “na prática a teoria é outra” ainda permanece sendo reproduzido no meio acadêmico e profissional.

3.1 A Caracterização do Estágio Supervisionado em Serviço Social na UEPB

O Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado na Universidade Estadual da Paraíba, acompanha a normatização de uma atividade curricular obrigatória que orienta os cursos de Serviço Social no Brasil. Apresenta uma carga horária que deve atingir no mínimo 15% das 3000 horas (carga horária mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 8/200716 e a Resolução nº 2 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior/ MEC (PNE/ABEPSS, 2010, p.29).

Existe uma particularidade na estruturação desse Estágio Supervisionado no Curso de Serviço Social da UEPB em virtude do curso constituir-se como anual. Dessa forma, a atividade de Estágio é realizada durante um ano e meio, iniciando-se no terceiro ano, pelo turno da manhã e no quarto ano no

turno da noite.

A orientação didático-pedagógica para a inserção dos alunos nas atividades do Estágio acompanha dois momentos que são co-responsáveis pela aproximação do aluno com o cotidiano profissional. No primeiro momento ocorre um período de observação com duração de seis meses. Neste momento, o aluno visualiza seu campo de inserção, toma conhecimento dos procedimentos que abarcam a atuação profissional, das relações de poder existentes, podendo apreender diante dessa primeira aproximação como se dá o trabalho do assistente social, de acordo com as demandas existentes.

No segundo momento, que se dinamiza no decorrer do estágio durante um ano o aluno participa das atividades realizadas pelos assistentes sociais, de modo ativo, podendo executar algumas de suas ações, desde que estejam em consonância com sua condição de sujeito em formação. No segundo semestre o aluno é levado a formular sua proposta de intervenção e, ainda, delimita seu objeto de estudo que resultará no seu projeto de pesquisa. No último semestre de estágio, ocorre a execução do projeto de intervenção e/ou pesquisa, projeto que surge a partir das demandas que afloram no decorrer do estágio e que o aluno toma como prioridade a ser trabalhada, caso o aluno opte por esta atividade, pois, nem todos a realizam. Assim, o aluno poderá projetar uma atividade de pesquisa, associada a uma intervenção.

Essa caracterização preliminar demonstra a forma como o Estágio está estruturado e a necessária articulação com o conjunto de componentes curriculares que integram o curso. A efetivação dessa lógica curricular direciona-se para o desenvolvimento de um estágio comprometido com uma formação competente e qualificada.

3.2 Perfil dos alunos inseridos no Estágio Supervisionado em Serviço social

Para a realização da pesquisa elegemos como critérios para que pudéssemos extrair a amostragem, a particularidade de um aluno por campo de estágio diferente: são eles: CRAS, a ONG – Esperança e Vida, CAPS II, o PSF, OAPNES – PAPEL MARCHÊ, a Vara da Infância e Juventude, o Serviço Municipal de Saúde (Unidade de Fisioterapia), o 2º BPM, SESC, a Emergência Psiquiátrica, SINTA, a Estratégia Saúde da Família e a Secretaria

de Ação Social – Lagoa Seca.

Percebemos que o único campo de estágio que se repetiu, inevitavelmente, foi o CRAS, devido ser o campo que possuía um significativo número de alunos inseridos. Somando assim, tivemos 13 sujeitos entrevistados. Outro critério que consideramos legítimo neste processo, foi a preferência por alunos concluintes, por estes já terem vivenciado praticamente todo o estágio, podendo nos auxiliar em nossas reflexões com mais objetividade.

Os resultados da pesquisa permitem identificar que a maioria dos entrevistados entrou no curso de Serviço Social no ano de 2010.1, dessa forma, estão em processo de conclusão do último ano do estágio supervisionado.

Um fato relevante identificado foi a grande expressividade, no que diz respeito à inserção dos estudantes em instituições públicas. Isso comprova que o campo de atuação do assistente social é majoritariamente as instituições públicas, fator que marca o perfil de inserção dos profissionais no mercado de trabalho na esfera pública, constituindo-se numa marca histórica do Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho.

A assiduidade dos alunos em campo de Estágio pode ser identificada pela regularidade da frequência. Foi possível observar que os alunos estabelecem, em acordo com o supervisor de campo e acadêmico, uma frequência de, geralmente, duas vezes, totalizando 8h por semana, e, de forma sistemática, no período da tarde, o que evidencia o cumprimento da carga horária exigida legalmente.

Traçando um paralelo com a realização da supervisão acadêmica, percebemos a mesma linearidade, esta ocorre semanalmente. Segundo o relato de alguns estagiários, a falta de uma supervisão, tanto acadêmica como institucional, mais concisa tem limitado suas atuações. A ausência do diálogo e de uma discussão orientada teoricamente, no dizer dos estagiários, provoca limitações e reflexões frente a determinadas situações.

Observamos que apesar da supervisão ocorrer semanalmente, ainda

apresenta falhas por muitas vezes não cumprir sua funcionalidade não passando de um encontro casual. Os alunos expõem suas dificuldades, mas não há um debate um estudo para que as mesmas sejam compreendidas e, se possível trabalhadas conjuntamente.

Como sabemos, “o processo de supervisão é elemento integrante do projeto de formação profissional, e que deverá ser expressão deste, comportar suas orientações teóricas e direção social, pois, faz parte dele de modo intrínseco” (LEWGOY, 2010, pg.121). Como salientamos no decorrer desta discussão, estágio e supervisão são indissociáveis, e qualquer falha neste sentido pode comprometer o desenvolvimento do estágio, enquanto momento privilegiado da formação profissional, que agrega num mesmo espaço a teoria e a prática.

Não podemos deixar de ressaltar a importância do diálogo entre os sujeitos envolvidos neste processo: aluno e supervisores. Sabemos que a supervisão favorece o desempenho do aluno no campo de estágio, pois, este, a partir das orientações que recebe, pode ponderar entre aquilo que assimila com os conteúdos ministrados em sala de aula ou extraclasse, diga-se a teoria em si, com o que se vê na realidade, sedimentando mais ainda a relação teórico-prática e adquirindo experiência profissional.

Outro aspecto que merece destaque nesse perfil dos estagiários é a questão dos elementos que motivaram a escolha dos campos de estágios: a escolha pessoal, a demanda da própria universidade ou o sorteio. No processo de escolha do campo, a opção que se sobressaiu foi o critério do sorteio, seguido dos critérios de demanda da universidade e outros motivos esporádicos. Devemos considerar que a escolha aleatória é diferente da escolha pessoal, onde o aluno já demonstra interesse por determinada área.

A partir dessa evidência podemos fazer algumas reflexões. A predominância do sorteio pode evidenciar dois aspectos: primeiramente o pequeno número de vagas por campo de estágio e/ou a pequena oferta de campos de estágios. Com isso, podemos inferir que este cenário pode estar relacionado ao próprio mercado de trabalho na cidade de Campina Grande, que oferece poucas oportunidades de estágio. Também pode estar relacionado à própria dinâmica do mercado que não comporta a sistematização de estágio, ou ainda, a concentração de assistentes sociais em

uma área específica, provocando uma seletividade e restrição de opções dos espaços sócio-ocupacionais.

Em face da inexpressividade da escolha pessoal do campo de estágio, podemos inferir que, muitas vezes, os alunos têm preferência por um determinado campo de estágio, por se identificarem com o mesmo. Porém, quando partem para a escolha dos mesmos, geralmente há uma incompatibilidade entre o número de estagiários e o número de vagas disponíveis em uma determinada instituição. Sendo assim, frequentemente, o exercício de estágio pode se dar em qualquer campo, muito embora, algumas vezes, dependendo da oferta de vagas as motivações dos estagiários possam interferir, mas, como foi explicitado, a inserção nos campos de estágio pode ocorrer sem que se leve em consideração o interesse pessoal do aluno devido esta realidade.

Tais elementos indicam a tendência de uma formação profissional que precisa sempre estar se reatualizando, buscando articular-se com o movimento do real e garantir um ensino qualificado e passível de maiores proposituras pedagógicas e reflexivas. O estágio como constituinte da formação profissional perpassa a mesma lógica.

Nessas primeiras pontuações já observamos algumas particularidades na realização do estágio, o que pode demonstrar que há algo desconectado dessa perspectiva de um processo formativo crítico e competente.

3.3 Atividades realizadas no decorrer do Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado, como uma atividade curricular obrigatória recomenda algumas atividades a serem cumpridas de acordo com a dinâmica da instituição, alimentando a unidade entre teoria e prática e fortalecendo um processo formativo que condensa a capacidade investigativa com a apreensão crítica dos elementos que subjazem o delinear do próprio estágio.

Entre as atividades obrigatórias podemos citar: a caracterização do campo de estágio, onde o aluno faz um apanhado geral da instituição, dos usuários, das demandas existentes. Essa sistematização funciona como um reconhecimento do campo de atuação. Temos também, os relatórios que descrevem as atividades desenvolvidas ao longo do estágio. Apresenta-se

como proposta para o aluno a realização de um projeto de pesquisa que poderá resultar no trabalho de conclusão de curso, projeto de intervenção e o plano de estágio.

A partir das entrevistas averiguamos que a atividade de maior incidência é a caracterização do campo de estágio e o projeto de pesquisa, devido a primeira aponte as aproximações iniciais com o campo de estágio, isto é, com a realidade que ali transita e a segunda, articule os elementos que foram absorvidos durante o estágio e que despertou no aluno o interesse por investigar determinada temática. Notamos que a elaboração dos relatórios e a execução de outros projetos não se dão na mesma intensidade.

Um aspecto importante identificado na pesquisa foi relativo à elaboração dos relatórios. Foi possível perceber que poucos alunos assumem com frequência esta atividade e elaboraram a sistematização das atividades realizadas no estágio. O que seria o mais conveniente, haja vista, que os relatórios descrevem tudo que ocorre no interior das instituições e, podem expressar o nível de qualidade que o estágio está sendo pautado e as lacunas didático-pedagógicas que afetam o ensino da prática.

É através deles que há o reconhecimento das atividades que estão sendo realizadas, se as mesmas estão contribuindo com a formação dos estudantes, se há algum impasse que está afetando a dinâmica de estágio, entre outras questões. Uma vez não elaborados, dificulta o acompanhamento do que ocorre no interior dos espaços institucionais e que se referem ao estágio, e indica que a supervisão pode não estar desempenhando seu papel ao não exigir os relatórios que devem ser periódicos.

Outra atividade que é indispensável ao exercício de estágio, é o plano de estágio, este compõe o conjunto de atividades obrigatórias, porém, observamos que sua elaboração é quase que inexistente. O plano de estágio é um documento elaborado simultaneamente entre o estagiário e o supervisor de campo, com o auxílio do supervisor acadêmico, que “nele deverá ser especificado, teórica e metodologicamente, o conjunto de atividades que serão realizadas pelo estagiário, em conformidade com o projeto ético-político profissional e o projeto pedagógico do curso” (OLIVEIRA, 2009, p.102). Embora com essa orientação, constatamos que a sua não elaboração tem causado uma desconexão entre as atividades e o projeto pedagógico que

perpassa a formação acadêmica do curso, fato que descaracteriza o estágio enquanto momento privilegiado do ensino-aprendizagem.

No conjunto da dinâmica de Estágio, existe um momento de inserção dos alunos nas atividades direcionadas e atribuídas aos assistentes sociais. Isso corresponde à participação dos estagiários nas atividades desenvolvidas pelo assistente social no cotidiano profissional, como: visitas domiciliares e institucionais, atendimento individual, entrevistas, cadastro de doações, busca e apreensão de crianças e adolescentes, capacitações, sala de espera, triagens, elaboração de parecer social, encaminhamentos a outros serviços da rede, palestras, acompanhamento nas escolas, acompanhamento do programa governamental Bolsa Família.

Faz-se notório que o conjunto de atividades mencionadas acima perpassa a didática imprimida no ensino prático a partir do desenvolvimento de ações teleologicamente orientadas. Por exemplo, as visitas domiciliares e institucionais, podem ser vistas como um momento crucial do processo formativo, pois, nelas pode ser apreendido o que há de mais conciso na realidade social e, assim nivelar a construção dos mecanismos de enfrentamento das diversas situações vivenciais que refletem as configurações sociais.

Observamos que algumas atividades citadas pelos estagiários favorecem o contato com o usuário, uma delas é a sala de espera, onde são realizadas palestras, oficinas, debates temáticos, exposição de assuntos de interesse dos usuários dentre outras.

Como podemos verificar algumas atividades realmente contribuem para uma formação profissional que vislumbra a aproximação com a realidade posta. Expressam um caráter pedagógico contido na expectativa de aproximar o aluno da vivência prática, envolvendo o aparato técnico-instrumental e a gama de mediações que o assistente social é condicionado a tecer diante das facetas da questão social, levando aos estudantes a repensarem as ações profissionais, buscarem estratégias, articularem a teoria e a prática.

Porém, nem todos os estagiários têm a oportunidade de estarem diante das expressões da questão social de forma tão objetiva. Muitos não realizaram nenhuma visita domiciliar, instrumento da profissão que mais se aproxima da vida dos usuários, pois, é uma atividade *in locu*, aonde emerge

as demandas de maior complexidade. Aqui devemos refletir sobre os possíveis motivos e condicionalidades que levaram a esta eventualidade.

Assim, de acordo com as respostas dos entrevistados, constata-se que algumas das atividades não proporcionaram uma aproximação com as atribuições previstas para profissão. Em alguns momentos desenvolveram atividades paralelas apenas para ocupar o tempo ocioso. Isso é evidenciado quando os alunos realizam geralmente tarefas anti-didáticas ao exercício do estágio, a exemplo dos alunos ligados aos grupos de convivência, onde participavam apenas de atividades rotineiras, sem que se fizessem um acompanhamento das situações vivenciais de cada usuário. É comum os alunos ficarem presos aos serviços mais burocratizados e à própria dinâmica interna dos espaços sócio-ocupacionais, que não apresenta o contato mais expressivo com o real contraditório que se instaura no seio da sociedade.

Uma vez que presos às demandas referenciadas, isto é, àquelas que apontados por outros profissionais ou por indivíduos comuns que conhecem determinada situação vivencial, os assistentes sociais acabam limitando-se ao atendimento individual e imediatista, dentro das possibilidades ofertadas pela instituição, não enveredando pelo caminho da investigação mais aprofundada que revela outras questões a ser trabalhadas.

Tudo isso afeta o delinear do estágio curricular. Por está inserido em meio a esta realidade permeada de contradições, tendo que fazer mediações para que não se perca o cariz pedagógico/crítico contido nas prerrogativas do projeto de formação profissional.

Assim, além de serem orientados pela PNE/2010 a participarem das tarefas desenvolvidas a principio pelo assistente social, aos estagiários compete,

Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades (ABEPSS, 2010, p.23)

Por esse motivo, buscou-se levantar as atividades propostas ou executadas pelos estagiários e que foram feitas sob o acompanhamento do supervisor. Essas atividades são as seguintes: reuniões com os usuários e

familiares (explanação de temas), atividades recreativas, visitas domiciliares, realização de dinâmicas, oficinas, sala de espera, formulação de fichas com informações dos serviços prestados e propostas complementares à própria dinâmica da instituição.

A leitura desses dados revela um descompasso entre o ensino da prática e o que a formação profissional prioriza - ensino competente, qualificado, crítico com vias para o repensar dialético - com o que de fato os alunos desenvolvem no estágio. Apesar de conterem um teor didático, algumas atividades fogem do projeto pedagógico que envolve a formação profissional em Serviço Social. Desenvolvidas aleatoriamente, descaracterizam o estágio como momento do ensino-aprendizagem que traz elementos teóricos e práticos para o mesmo plano de ação.

Consideramos que:

no estágio, momento de sua especialização concreta, aluno deverá ter a oportunidade de realizar a sua experiência prática, refletindo sobre ela, à luz de uma teoria pertinente. Nesta perspectiva, as atividades atribuídas ao estagiário não podem ser “tarefas quaisquer”, e sim aquelas que garantam a realização de um estágio significativo, em que o aluno possa, efetivamente, operacionalizar os conteúdos teóricos do curso em sua vivência prática (OLIVEIRA, 2004, 75).

Por conseguinte, verificamos que a grande parte das tarefas atribuídas ao estagiário não contemplam possibilidades da apropriação dos instrumentos e técnicas, nem tão pouco, estão alinhadas a uma perspectiva crítica de aprendizagem. Também não enveredam pelo universo das intencionalidades mais coerentes com o projeto ético-político, que precisa estar sendo retomado e repensado a todo instante. Muito embora, em casos específicos note-se que esta perspectiva ainda mantém-se em vigor, é preciso, analisar com mais cuidado o que vem ocorrendo no desenrolar do estágio supervisionado, para que este não perca seu conteúdo formativo crítico e problematizador.

3.4 O processo de execução do estágio supervisionado: condições objetivas e dificuldades identificadas.

Para analisar as implicações da realidade institucional no que se refere à execução do processo de estágio supervisionado, devemos observar se a

mesma oferece condições objetivas favoráveis ao desenvolvimento das atividades, das discussões teóricas e metodológicas que envolvem tal contexto, da reflexão ética e política que dinamizam o desenrolar do estágio supervisionado.

Dessa forma, entendemos que,

é fundamental que o assistente social supervisor de campo disponha, no espaço socioinstitucional, de um conjunto de condições mínimas para o exercício da supervisão, tais como: espaço físico, recursos materiais, concessão de tempo para realização da supervisão e participação nas atividades inerentes à referida prática (OLIVEIRA, 2009, p.101).

Lembrando que as condições oferecidas ao profissional são as mesmas aos estagiários, ou seja, devemos atentar para os efeitos que a precariedade dos espaços sócio-ocupacionais causa, ou pode causar, no delinear do estágio supervisionado. Estas condições ocupam um lugar tangencial na postura particular que cada profissional adota em suas mediações. O profissional é apenas um membro deste processo, não possui autonomia nem recursos para desempenhar de forma integral as ações que reconhece como sendo necessárias a cada contexto. Porém, apesar deste contexto influenciar de forma decisiva no cotidiano do trabalho do assistente social, o mesmo não deve de forma alguma prender-se a isso e não procurar outras maneiras para legitimar seu exercício profissional e agir com competência crítica diante da problemática instaurada na esfera social.

Com isso, um dos aspectos captados com a pesquisa se refere às condições objetivas que dinamizam os espaços sócio-ocupacionais no qual os estudantes estão inseridos. O que foi possível constatar foi um cenário avesso a um espaço dinâmico, bem preparado, que disponha de condições reais para um bom desempenho profissional. Detectamos uma uniformidade quanto a este componente, que é indispensável para que se mantenha o estágio em sintonia com o projeto pedagógico da formação profissional.

Por um lado, alguns alunos consideram que as instituições dispõem das condições necessárias para atuação, por conterem uma estrutura física adequada à execução das ações e serviços prestados, e ainda, a questão da oferta de recursos materiais que também contribui para essa execução. Por outro lado, outros afirmam categoricamente que os campos de estágio possuem estruturas precárias, recursos materiais escassos, levando-os a

traçarem o “plano B”. Esse “plano B” funciona como um mecanismo estratégico para o atendimento das demandas postas, podendo abarcar atividades paralelas à rotina já estabelecida, ou ações improvisadas de acordo com a necessidade imediata e/ou mesmo outras opções de enfrentamento de uma determinada demanda que exige um enfrentamento mais específico ou delicado.

Os entrevistados frisam também a falta de uma sala própria ao Serviço Social, levando-os a efetivarem as ações em lugares inapropriados, e a falta do transporte, visto como auxílio na locomoção dos mesmos para a realização das visitas.

Os aspectos apresentados demonstram as dificuldades de operacionalização da atividade de estágio, porque as condicionalidades existentes, muitas vezes, não contemplam as exigências requeridas para realização de atividades práticas. A falta de recursos pode gerar a ineficiência dos serviços, ou a não execução dos mesmos, fazendo com que o período do estágio seja ocioso e, desconectado do seu real sentido: a apropriação da prática profissional.

Somam-se a isso, outras dificuldades identificadas pelos estudantes. Dificuldades que evidenciam uma conjuntura que esfacela a concretude de um estágio baseado em componentes reflexivos e concernentes com o projeto ético-político profissional. Ou seja, o estágio como atividade central do processo de ensino-aprendizagem é atravessado pela mesma dimensão ético-política que subjaz o projeto de formação profissional.

Basicamente, acompanha o mesmo linear ético e valorativo que circunda o Serviço Social, enquanto profissão estritamente voltada para o enfrentamento das mazelas da questão social. Cabe aos profissionais desenvolverem suas estratégias de ação pautando-se na ética, e, sobretudo, no que diz respeito ao campo da política, pois, o projeto ético-político tem como norte um projeto societário que prima pela emancipação humana e social. Este cenário deve ser contemplado no estágio supervisionado, pois, o sentido impresso nas ações profissionais deve expressar tal projeto.

Conforme as indicações dos entrevistados perpassam o cotidiano do estágio supervisionado, um elenco de dificuldades, como as seguintes: a falta de transporte, de planejamento das atividades, de grupos de convivência para

que possam atuar junto aos segmentos sociais (idosos, crianças, adolescentes e outros); número reduzido de profissionais gerando o acúmulo de atividades e a descontinuidade das ações; supervisão incipiente e a estrutura precária.

Levando em consideração estes fatores, afirma-se que o estágio sofre influências internas e externas ao contexto institucional. Em casos específicos, que nos chamou atenção, foram mencionadas como dificuldades: a organização do pessoal em relação à divisão de tarefas dentro da instituição. Quem deve fazer o que? Neste sentido, surgiu outro questionamento no que diz respeito às atribuições específicas do assistente social. Estas estão de fato sendo cumpridas?

Segundo relatos, em alguns momentos observou-se uma contradição entre o que é inerente ao Serviço Social e o que exigido do mesmo dentro da instituição, como marcação de exames, por exemplo. Os profissionais acabam desempenhando funções administrativas sem nexos com o que compete à profissão, trazendo para o estágio transtornos quanto a sua sistematização, pois, os estudantes acabam ficando presos à mesma realidade, e não são inseridos qualitativamente no processo de ensino da prática.

Identificamos aqui um dos fatores que engendram a falsa dicotomia entre a teoria e a prática. O não fazer profissional acaba por si tornar um movimento que reforça esta ideia, chegando a demonstrar de fato uma aparente desconexão entre essas categorias. Podemos analisar que assumir muitas atividades que não objetivem de forma alguma as premissas que movem o Serviço Social no bojo das relações sociais capitalistas⁸, acabam por comprometer o perfil profissional.

Seguindo a mesma lógica, outro impasse que merece destaque é a desqualificação dos campos de estágio e isso retoma aspectos já citados anteriormente. Em resumo, significa que as condições objetivas são incompatíveis com a realização do estágio supervisionado nos moldes

⁸ Enveredando por um caminho inverso aos princípios norteadores que consolidam a profissão e ainda, apontam a inexistência da relação teórico-prática, haja vista, que podem surgir a partir daí o chamado ecletismo, isto é, métodos e análises de origem teóricas opostas usadas conjuntamente, causando uma série de interpretações desordenadas e contraditórias.

adequados a uma formação legítima. Relacionado a isto está a interrupção do estágio em determinadas situações. Os alunos se vêem obrigados a serem transferidos de campo de estágio, devido, greves, falta de supervisores de modo contínuo e outros motivos, causando uma descontinuidade das experiências já vivenciadas e das atividades planejadas.

Diante de todas as dificuldades expostas pelos estagiários, uma, em especial, merece atenção redobrada, pois, vem a ser uma grande problemática que perpassa o estágio curricular. Referimo-nos ao fato de alguns estagiários serem cobrados a realizarem algo que transcende as funções atribuídas a sua condição de sujeito em formação, uma estagiária foi bem enfática ao dizer:

Esperavam que atuássemos como profissionais (entrevistada 1).

Com isso, fragiliza-se o significado do estágio enquanto espaço de aprendizado, de apropriação da instrumentalidade, do pensar dialético, da construção de novas indagações. Contribui para desconstruir a dimensão investigativa, propositiva que envolve o seu conteúdo mais aprofundado. Essa exigência vai de encontro aos princípios éticos que direcionam qualquer processo formativo. É impressionante que se faça uma precoce exigência a um sujeito na sua condição de estudante, de aprendiz.

Por isso concordamos plenamente quando Ortiz (2010, p. 125), diz que,

[...] deve o supervisor não confundir seu papel com o do aluno estagiário; e aqui cabe, a meu ver, a problematização de uma questão polêmica: alguns supervisores delegam tarefas estratégicas do serviço em que atuam ao estagiário, alegando que apenas dessa forma poderá o aluno desenvolver sua autonomia e segurança. Ressalto que tal postura não contribui para o processo de formação do aluno; ao contrário tende a desqualificá-lo, tendo em vista que ignora seu grau de amadurecimento teórico, técnico e interventivo, fazendo do estágio um “laboratório” em que as atividades são desenvolvidas a partir do binômio ‘ensaio e erro’.

Evidentemente são dificuldades que encerram em si um contexto dicotomizado, de um lado o ideal do outro, o real contraditório. Face de uma dinâmica oposta ao que se pretende construir, através da disseminação do saber científico, da perspectiva crítica. Ultrapassando uma formação fixada numa visão endógena, fechada em torno de si, chegando a propor sempre algo mais, para que haja uma apreensão maior da realidade social, onde se gesta o cerne da questão social, objeto do trabalho do assistente social.

3.5 O papel do Estágio Supervisionado no fortalecimento da formação profissional: espaço privilegiado da relação teoria e prática - reduto da socialização das experiências profissionais.

Na perspectiva de refletir e contribuir para desvendar alguns elementos que perpassam a temática central desse estudo, procuramos captar, através das entrevistas, a concepção dos estagiários no que se refere ao Estágio Supervisionado. Na verdade, partimos da premissa que esse é entendido como um espaço para a socialização das experiências profissionais, e nossa pretensão é de analisar se há realmente este diálogo profícuo entre estudantes e supervisores.

A vivência desse diálogo confere ao Estágio Supervisionado um caráter reflexivo acerca da ação profissional, capacitando o aluno “[...] teórica e praticamente a prever sua execução em novos parâmetros de qualidade, capaz de responder a questões como: A que venho? Para que? Com que função? A serviço de quem?” (IAMAMOTO, 1992, p.203).

Entendemos assim, que o ensino da prática possibilita, através desta socialização, um enraizamento dos valores ético-políticos, princípios básicos que norteiam a atuação profissional. Esse é um ponto fundamental na construção da matriz identitária dos alunos, que, ao interagir neste movimento passam a visualizar a realidade de uma maneira distinta, pois, acompanham de perto o delinear das ações profissionais frente às configurações sociais, reflexo de uma sociedade que se perde no emaranhado de tantas contradições.

Essa visão mais ampliada do Estágio Supervisionado pode ser percebida em algumas falas dos entrevistados. De forma bastante expressiva, os relatos referem que ao participarem das reuniões de planejamento, são levados a conhecerem os procedimentos utilizados em ações já realizadas. Identificam aquilo que de fato compete ao Serviço Social, recebem ainda explicações acerca das políticas sociais que trabalham, discutem os assuntos previamente, em alguns casos não de forma contínua, mas esporadicamente. Estes componentes demonstram que o cotidiano do estágio é decisivo para a apropriação da prática profissional.

No campo das objetivações profissionais encontramos processos que evidenciam claramente a relação teoria e prática, categorias intrínsecas ao exercício profissional. Ao socializarem as experiências, os assistentes sociais possibilitam ao alunado vislumbrar concretamente como se dá a materialidade desta relação, tão importante para que se mantenha a legitimidade na execução das ações competentes aos assistentes sociais.

Destarte, considera-se relevante frisar que, em muitos casos, há a abertura para que os estagiários exponham suas próprias concepções, ideias e sugestões de melhoramento para a dinâmica da instituição, apesar de possuírem uma bagagem prática ínfima, podem contribuir para o funcionamento da instituição, através da observação ativa que desenvolvem ao longo do estágio.

Contraditoriamente a este universo, mesmo que em um número menor, os entrevistados relatam situações em que a socialização das experiências e o permanente diálogo entre supervisor de campo e estagiários não acontecem. Dessa forma, rompem com o teor pedagógico do estágio, pois, num processo educativo, a troca de conhecimentos implica na co-aprendizagem, fator preponderante a uma formação qualificada. Evidenciam, assim, uma prática profissional pragmática que reproduz o que está posto, pois, ao isolar-se numa redoma de vidro e não querer propagar, principalmente, suas experiências exitosas, ou mesmo aquelas que não resultaram em algo positivo, demarcam que se trata de uma prática meramente irrefletida, com poucas possibilidades de reconstrução.

A partir desta exposição, compreende-se a importância de traçar um paralelo com a concepção dos estagiários acerca da contribuição do estágio supervisionado no cerne do aprimoramento da formação profissional.

É importante destacar que, apesar das várias dificuldades encontradas no decorrer do estágio, a maioria dos entrevistados considera que o mesmo contribuiu para que houvesse, de fato, uma apropriação daquilo que é inerente ao Serviço Social, mesmo que seja de forma fragmentada. Reconhecem a importância do Estágio Supervisionado para sua formação, como se pode observar no seguinte comentário:

Não me vejo atuando sem ter passado pelo campo de estágio e ainda 'nem só de teoria se constrói a prática, o estágio possibilita o conhecimento empírico' (entrevistada 2)

Isso demonstra que o estágio supervisionado se configura como um dos caminhos para que o aluno adentre no campo da prática, e possa construir seu perfil profissional. Amplie o leque de oportunidades, de se apoderar do conhecimento que emerge da prática profissional, como condição de uma formação qualificada, fincada em parâmetros críticos e criativos diante de um tecido social tão complexo e oscilante.

O depoimento anterior foi de suma importância para nossas análises. Primeiro, torna-se evidente que a relação teoria e prática é percebida claramente pela aluna, ao relacionar a teoria ao conhecimento empírico, demonstrando que reconhece que este vínculo é indissociável. Quando a estagiária afirma categoricamente que, “não se vê atuando sem ter passado pelo campo de estágio”, observemos aqui o papel indispensável que o estágio adquire na formação profissional, pois é de fato o momento privilegiado da relação teoria e prática. Sua funcionalidade diz respeito à possibilidade que o aluno tem de se aproximar do cotidiano do trabalho do assistente social, adquirir experiências, traçar metas, e construir seu próprio perfil profissional ponderando, entre o que apreendeu com o estágio e com aquilo que assimilou durante a explanação da teoria em si, sem perder de vista o significado da unidade teórico-prática.

Observamos que a maior parte dos entrevistados considera que o Estágio Supervisionado possibilita essa aproximação com a prática e, dessa forma, contribui decisivamente para a consolidação de uma formação que articula a teoria e a prática:

‘É através do Estágio Supervisionado que desenvolvemos a prática, conciliando a teoria e a prática. Não existe teoria sem prática, nem vice-versa, estas andam juntas’ (entrevistado 3).

Esta fala denuncia o caráter pedagógico que o estágio contém, trata-se, pois, de um processo educativo que acrescenta à formação a vivência cotidiana dos elementos que abarcam a atuação profissional.

Tais colocações reforçam o objetivo de nossa pesquisa que foi analisar o papel do estágio supervisionado no fortalecimento da formação profissional. Com esses relatos é notório que este fortalecimento é transversal a processualidade do ensino da prática. Todavia, alguns entrevistados se posicionam contrariamente a este entendimento.

Com isso, notamos que, até agora, tem se mantido uma uniformidade nas respostas, não há uma tendência que se destaque com mais vigor, mas sempre a simetria entre os pós e os contras. Sendo assim, já que os elementos abstraídos com a pesquisa estão sempre apresentando uma oposição de ideias, não podia ser diferente com este aspecto.

Em alguns casos, é perceptível a inquietação quanto à contribuição do estágio supervisionado na formação profissional, isto está explícito nas seguintes falas:

‘Com o estágio aprendi o que não quero fazer enquanto profissional’
(entrevistada 4)

‘Não contribuiu muito, pois, a falta de supervisão institucional, apresentou altos e baixos a realização do estágio, além da ociosidade que enfrentamos devido à inexistência de atividades que pudéssemos participar’ (entrevistada 1)

Estes relatos trazem à tona uma dura realidade que dilui o sentido do estágio supervisionado, ao indicar que este ambiente retrata um quadro que descaracteriza o processo educativo e, provavelmente, expressa uma atuação desalinhada ao ideal preconizado pelo projeto ético-político profissional. Todavia, devemos considerar as determinações do meio social em que estão inseridos e as circunstâncias que alicerçam esta prática profissional. Sabemos que os liames do capital imprimem limites e possibilidades à prática profissional, inevitavelmente, sendo incorporadas ao delinear do estágio.

Compreende-se que o ponto chave da discussão é reconhecer que o estágio não é uma atividade paralela à formação. Ele é uma parte intrínseca dela, que merece um cuidado específico, por ser o momento onde os estudantes são inseridos nos espaços sócio-ocupacionais. Apropriando-se do cotidiano das ações dos assistentes sociais, podendo, ou não, se apoderar de um Serviço Social autêntico, legítimo, vinculado ao projeto ético-político profissional, que transmite em suas estratégias e procedimentos as bases da direção social hegemônica apontada pela ABEPSS.

Enfim, o estágio não se configura em uma atividade complementar para a formação, mas central, uma vez que permite a convergência e o desvelamento dos diversos conteúdos apreendidos em sala de aula os quais muitas vezes parecem aos alunos distantes da realidade e desconectadas dela. Do mesmo modo, o estágio aproxima os alunos do caráter interventivo da profissão, desnudando suas dificuldades, dilemas e contradições cotidianas (ORTIZ, 2010, p.121).

Facilmente entendemos que o estágio é um dos pilares de sustentação da formação profissional, responsável por conduzir o aluno a uma vivência prática, levando-o a perceber a relação intrínseca entre teoria e prática.

A partir de nossa pesquisa, procuramos captar, através das colocações dos entrevistados, a leitura de realidade que os estagiários fazem acerca do cotidiano institucional e da própria realização do estágio, apontando os impasses para a apreensão da relação intrínseca entre a teoria e a prática.

É importante também destacar que pretendíamos identificar o que realmente provoca a ideia de dissociação entre estas categorias. Esta ideia, movida por incoerências interpretativas a respeito do que seja a teoria e a prática, como elementos que na unidade, mantêm sua identidade (aquilo que é específico a cada categoria), gera um campo minado para a apreensão desta relação. O que incide diretamente sobre uma formação pautada na criticidade, com uma perspectiva que encaminha os alunos a ver além das aparências, imbuindo-os da capacidade de analisar a conjuntura e apreender dentro de um real contraditório aquilo que representa a essência dos fenômenos sociais.

Tomando como referência esta compreensão, verificamos que esta ideia não é unânime entre os entrevistados, a maioria considera que a unidade teórico-prática é indissociável, vejamos este fator através dos relatos a seguir:

Existe um casamento entre a teoria e a prática. Andam de mãos dadas. Não existe esta distância, nota-se a associação entre elas (entrevistada 5)

É preciso conciliar a teoria e a prática para dar um diagnóstico da realidade. São indissociáveis (entrevistado 6).

Como se pode vislumbrar nas falas acima o elo existente entre a teoria e a prática é percebido à medida que os estudantes se defrontam com a realidade posta, e que encontram no arcabouço teórico um suporte para analisá-la. Eis aqui um dos componentes desta relação intrínseca, a possibilidade de apreender o real não de forma imediata, mas, sobretudo, numa visão dialética.

Confirmando tal perspectiva, consideremos a descrição da entrevistada abaixo, que demonstra propriedade ao falar dos aspectos ressaltados:

A relação entre a teoria e a prática, é percebida no momento que se apropriamos dos elementos que dinamizam a realidade social, isto é feito, através do embasamento teórico que adquirimos na academia. O estágio possibilita o conhecimento empírico. Identificamos através deste as demandas espontâneas que surgem no cotidiano institucional. A relação existente entre a teoria e a prática faz com que possamos adquirir uma visão crítica e ampliada acerca das relações que se estabelecem na realidade. O arcabouço teórico possibilita a análise da realidade, não que este vá ser aplicado de forma integral, mas contribui para que façamos um panorama geral das configurações sociais (entrevistada 6).

O reconhecimento da indissociabilidade entre a teoria e a prática favorece uma compreensão da diferença que elas contêm, mesmo que distintas não perdem sua complementaridade.

Revedo em sua totalidade o discurso dos entrevistados, apesar de tenderem para esta concepção, abre-se um espaço para debater o clichê na “na prática a teoria é outra”. A tônica apresentada até aqui converge para uma análise crítica dessa frase tão veiculada no meio acadêmico e profissional.

Dessa maneira, não de forma unilateral, mas com indícios de uma formação que apresenta lacunas que decaem o nível de conhecimento e da capacidade de análise dos alunos por diversos fatores que não cabem aqui serem elucidados. Constatamos, através das falas abaixo, que há realmente uma interpretação equivocada sobre o que é a teoria e o que é a prática e qual a carga que uma sobrepõe a outra:

Vejo essa relação como importante, mas não é tão presente, devido os obstáculos, os princípios da instituição embarreiram a atividade profissional. Considero que há uma dicotomia, uma desconexão entre a teoria e a prática. (entrevistada 7).

Aqui podemos notar que, apesar da entrevistada considerar que esta é relação é dicotômica, faz um paralelo com a realidade que circunda o trabalho profissional. É possível notar que um dos fatores que fazem com que os alunos tenham este entendimento, está atrelado às limitações impostas pelas instituições, questão emblemática que fragiliza a ação profissional e desqualifica o ensino prático dos estudantes. Estes acabam tendo o pensamento a seguir:

A prática é diferente da teoria, prática incorreta, fora do Código de

Ética, é uma utopia. O que era pra ser não é. (entrevistada 8).

Toda prática tem uma teoria, mas às vezes a teoria difere da prática. A realidade é dinâmica para a teoria acompanhar. A conjuntura muda. Marx não ajudou em nada; ajuda na análise de conjuntura, mas não ajudou a trabalhar com os adolescentes. (entrevistada 9)

Os depoimentos acima descrevem uma associação da relação entre o aporte teórico e a prática, com a dimensão ético-política, devido o comodismo que assola o delinear da ação profissional, com o qual teve contato durante o exercício de estágio. Certamente, sua vivência de estágio não foi tão satisfatória no que tange à apreensão desta relação.

Ao afirmar que se trata de uma utopia, revela que há sérias implicações no que concerne ao comprometimento em zelar pela observância CEP. Talvez, estejamos diante de um contexto adverso ao que o CEP pontua como princípios a serem seguidos cuidadosamente. Neste caso, não é um problema de desarticulação teórico-prática, mas sim uma situação que atinge um número bem expressivo de profissionais, que ao se depararem com condições precárias de trabalho, acabam realmente executando ações meramente pragmáticas, imediatistas e irrefletidas. Contudo, este contexto não comprova que a teoria é diferente da prática, mas sim que a teoria que vem sendo utilizada é de cunho conservador. Assim, a prática reflete seus métodos de análise e as interpretações que surgem são acrílicas e mascaram as reais contradições que balizam o contexto social capitalista.

Vejamos que os alunos confundem a relação teoria e prática com a dimensão ético-política que subjaz a atuação profissional. Uma vez que o embasamento teórico se constitui como o suporte para a análise da realidade social, que sendo redescoberta à luz de uma teoria crítica pode ser trabalhada competentemente. Não está relacionada diretamente, com a postura ético-política assumida e defendida pelos assistentes sociais. Aqui, se trata do campo das intencionalidades, das escolhas dos meios e fins nos quais os profissionais se pautam para agir na realidade.

Não podemos inverter o significado do aporte teórico, nem tão pouco, entendê-lo como algo a ser aplicado na prática de modo objetivo, direto e irremediável, pois, não há uma “receita pronta” para todas as situações. Lembremo-nos que nossa formação é generalista e, principalmente, da

complexidade da esfera social, no qual os profissionais assumem suas perspectivas e intencionalidades de acordo com a teoria que os orienta, voltando-se, inevitavelmente, para o contexto que dinamiza os espaços sócio-ocupacionais.

Durante o processo formativo, a aproximação com estas questões tão emblemáticas leva os discentes a enveredarem por concepções um tanto que nocivas à apreensão da relação teoria e prática. Muitos defendem a tese de que na “prática a teoria é outra” por se deparar com ações profissionais que fogem das atribuições dos assistentes sociais, mas o que está em jogo aí não é a compatibilidade teoria/prática, mas a intencionalidade das ações, a postura ético-política e o compromisso com a direção social que norteia a profissão.

Entendemos que discutir o Estágio Supervisionado em Serviço Social, requer uma leitura minuciosa dessas duas categorias que, apesar de formar uma unidade, mantém sua identidade como princípio da diferença.

Sendo o Estágio Supervisionado o momento privilegiado da formação profissional, que associa nitidamente a teoria e a prática num mesmo processo de aprendizado, percebemos a necessidade de aprofundar este debate com a perspectiva de tornar explícito as diversas e conflitantes interpretações acerca dessa unidade.

Dentro desta ótica, percebemos, a partir dos depoimentos citados, se apresenta uma relação complexa e equivocada. Ao afirmar que “Marx não ajudou em nada”, explicita-se a forte tendência de que a teoria vai dar a resposta a todas as situações vivenciais que o assistente social se depara no cotidiano do seu trabalho. Como foi dito, o aporte marxista ajuda a analisar conjuntura, porém deve ser esclarecido que o mesmo não responderá imediatamente a toda e qualquer situação, dando-lhe resolutividade. Pois, se trata de uma teoria que respalda e reflete a prática profissional, que é dinâmica e sofre as influências do meio social.

O que importa destacar é que a unidade teoria e prática marca a formação profissional e encontra seu ponto de maior evidência no Estágio Supervisionado, lócus que aproxima o aluno do contexto social personificado o interior dos diferentes espaços de atuação do assistente social.

Conforme já foi acentuado, o Estágio Supervisionado, representa uma atividade central no processo educativo, pois, enquanto espaço que torna o conhecimento empírico mais evidente, é considerado indispensável para a apropriação dos elementos que agrupam a dimensão teórico-metodológica, a dimensão técnico-operativa e a dimensão ético-política. Componentes basilares da formação profissional imbuída de criticidade, que perpassada uma trajetória não-linear, que vai desde o caminho do saber cognitivo e intelectual, até a apropriação dos componentes práticos e operativos que dinamizam o campo do trabalho profissional.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

O conjunto de problematizações exposto durante toda essa discussão gera uma série de questionamentos e reflexões que nos levam a aprofundar o debate sobre esse tema. Falar em formação profissional requer uma dimensão do que este processo implica na concepção de sujeito dotado de potencialidades e com elevado grau de aprendizagem e apreensão teórico-prática, que por vez envolve o exercício profissional. Sujeito passível de assimilações que enveredam pelo caminho da construção/reconstrução de conceitos, ideias, compreensões e visões de mundo.

Muito embora saibamos que a formação profissional contempla um universo do conhecimento com dimensões ainda maiores, apontamos como ponto basilar a noção de formação profissional, enquanto espaço privilegiado da construção do saber específico no que cerne a teoria e a prática. Tomando estas categorias como indissociáveis, pois, revelam que apesar de possuírem identidades distintas não perdem seu caráter unitário, sendo que uma se encontra perpassada pelos elementos pertencentes à outra. Fez-se, portanto, uma espécie de laboratório para investigar quais os elos existentes entre os procedimentos teóricos e o campo da prática.

Com isso, chegamos ao entendimento que a teoria não nasce ao acaso, não se encontra solta no ar, perdida no pensamento, nem tão pouco pode ser depreendida nas diversas lacunas do senso comum. Para que a teoria seja construída e ganhe veracidade, é necessário que a mesma resulte do embate entre a prévia ideação – conceito extraído de Marx, sendo visto como uma pré-formulação intelectualiva do que há de concretiza-se no real – e o que está materializado nas situações vivências da prática profissional e social.

Dessa forma, a teoria emerge do movimento do real que é personificado no cotidiano das ações práticas. O processo educativo vai além da mera especulação teórica, assume a perspectiva de possibilitar uma reflexão ético-política acerca dos elementos que conformam a dinâmica societária. Abrindo espaço para a o diálogo crítico entre os indivíduos pertencentes a esse processo como um todo: discentes, professores e profissionais do campo.

A maioria dos alunos vê o estágio como uma possibilidade de socialização das experiências profissionais, consideram-no como espaço de

diálogo, de co- aprendizagem. O que pode ser visualizado, por exemplo, na participação dos mesmos nas reuniões de planejamento, onde discutem não só as atividades que serão executadas, mas, onde são expostos as demandas a serem trabalhadas, dessa forma, gera-se uma disseminação das práticas e mecanismos de ação utilizados em particularidades diversas.

Neste sentido, procuramos dar uma amplitude maior a apreensão das variadas concepções do alunado no que se refere a papel do Estágio Supervisionado na formação profissional. Partindo da inferência que esse é parte integrante deste processo e, de maneira alguma pode ser dispensado; por ser tomado como ensino da prática que possibilita a aproximação com a realidade social.

Percebe-se que a centralidade de nosso estudo encontra suas raízes na formação profissional com ênfase no Estágio Supervisionado em Serviço Social. Este é visto como lócus privilegiado da aprendizagem profissional, uma vez que, é nele e por ele que os alunos se aproximam efetivamente do trabalho profissional. Assim, são lançados ao universo da prática, e podem a partir daí extrair os elementos que vão subsidiar a sua própria atuação profissional. Enquanto sujeito dotado de habilidades, de conhecimento teórico e técnico-operativo e da capacidade teleológica, para agir eticamente diante das demandas emergentes.

Há dois momentos que nos chamaram atenção e que foi descrito no Capítulo 3. Em uma das colocações a entrevistada enfatiza que não imaginava como seria sua atuação sem ter passado pelo estágio supervisionado, isso demonstra, que realmente o estágio proporcionou a ela uma aproximação positiva com a prática profissional. Todavia, nem sempre é assim, porque houve outro depoimento que evidenciou o contrário, quando a estagiária diz que aprendeu tudo o que não é inerente ao Serviço Social. Este fato causa preocupação, pois, além de apontar que a realização do estágio não se deu nos parâmetros prescritos pelas Diretrizes Curriculares, ou mesmo pela ABEPSS em seu conjunto, sabemos que esta má impressão não se restringe a um caso particular, mas ocorre com muita frequência e precisa ser debatida constantemente para que o processo formativo seja aprimorado.

Por conseguinte, torna-se preciso reforçar a ideia de que é através do Estágio Supervisionado que o aluno constrói sua identidade profissional,

observamos, então, o seu caráter formativo. É importante frisar que a formação profissional agrega valores e princípios que nortearão uma ação profissional futura, que poderá consolidar-se no seio da sociedade com uma perspectiva analítica crítica e propositiva. Segundo alguns dos relatos dos entrevistados percebemos que realmente esta construção do perfil profissional dá-se via estágio. Durante o cotidiano do estágio podem ponderar entre as várias ações profissionais e daí extrair aquilo que consideram mais concernente com sua própria visão de mundo e perspectivas profissionais que assumem diante do compromisso ético-político e profissional que o Serviço Social traz para o seio da sociedade.

Todavia encontramos posicionamentos que demonstram outra realidade quanto este aspecto. Com base em algumas falas, vemos que devido às dificuldades que já citamos anteriormente, por exemplo, a falta de estrutura adequada para o desenvolvimento de atividades que realmente expressem uma atuação profissional comprometida com os princípios da profissão, alguns alunos sentem a impossibilidade de captar no bojo dessas contradições os elementos que contribuiriam para construção de sua matriz identitária, causando um ensino da prática defasado e desligado de sua real funcionalidade.

Esta premissa revela que a experiência de estágio é de relevância teórico-prática insubstituível, pois, é a partir desse momento que o aluno se insere no contexto sócioinstitucional potencializando as possibilidades de assimilar conceitos, de fazer mediações entre o que estar posto e o que de fato é legítimo à sua função enquanto sujeito em formação, e ainda com aquilo que é inerente ao Serviço Social. Abrem-se as possibilidades de tornar estas perspectivas viáveis, mesmo dentro de um cenário que, muitas vezes, tende a massificar o aprendizado lançando-o a mera “preparação produtiva e técnica para o trabalho”.

Longe desta perspectiva pragmática, o Estágio Supervisionado, representa o lócus da apropriação da prática profissional tomando como norte o aporte teórico, como lupa que evidencia os contrastes sociais de modo mais conciso e transparente com possibilidades de desconstruir as impressões imediatas que apenas revelam os fenômenos na sua superficialidade.

Após nosso estudo percebemos que a discussão entre a teoria e a

prática merece atenção redobrada, mesmo que tenhamos constatado que o velho jargão “na prática a teoria é outra” não se apresente hegemônico ainda persiste no meio acadêmico. Refletindo o que foi exposto nas falas das entrevistadas, e diante da colocação acima identificamos três tendências: 1) a formação não tem propiciado uma apreensão do que seja de fato o elo entre teoria e prática; 2) as dificuldades apontadas na vivência de estágio em relação ao seu delinear causam essa falsa desconexão e 3) o desvinculamento da prática profissional com o projeto ético-político profissional, os desvios de função dos assistentes sociais quando os mesmos não cumprem suas atribuições, geram um efeito negativo para o processo de ensino-aprendizagem que se dá no e pelo Estágio Supervisionado.

Consideramos como ponto fulcral do debate que trouxemos até aqui a diferença que devemos apregoar entre o uso da teoria - à medida que adentramos o universo da prática- e a esfera ético-política que envolve valores, posicionamentos políticos, veiculação com o projeto de emancipação social crítico, busca por um Serviço Social autêntico.

De um lado, tomamos a teoria como um mecanismo de análise da realidade social que constrói saberes e abre possibilidades de ação prática. Do outro, mais não desvinculado deste, está o campo da ética e da política que levam os profissionais a se posicionarem diferentemente. Não se trata da dicotomia entre a teoria e a prática, mas de como os assistentes sociais vem traçando suas estratégias de ação frente ao um contexto nocivo a prospectivas ligadas a direção social que nivela o trabalho deste profissional.

Ancorados neste entendimento reafirmamos que o alunado ao se deparar com situações divergentes ao que legitima o Serviço Social, tende a considerar a cisão entre a teoria e a prática, descartando a compreensão acerca de cada categoria.

Não podemos deixar de frisar que as limitações institucionais engendram um descompasso entre o caráter pedagógico do Estágio e o que os profissionais realizam no cotidiano profissional devido às próprias restrições do sistema. Se não considerarmos o terreno onde se gesta o trabalho profissional culpabilizaremos os sujeitos individualmente, e isto, pode trazer sérias implicações no que toca a compreensão da relação teoria e prática, e ainda, cairíamos numa perspectiva conservadora, que desconsidera

os fatores externos circundantes a determinadas situações vivenciais.

O que queremos deixar claro é que as inquietações dos estudantes quanto a esta relação teoria e prática(uns relatam que esta relação é utópica, que a teoria não reflete a prática e outros dizem que de fato essa relação é percebida no decorrer do estágio curricular sendo considerada indissociável) não resultam da falta de experiência prática dos alunos, ou da incompreensão do sentido impregnado no elo criado entre a teoria e a prática. Pretendemos enfatizar que no bojo das relações sociais contemporâneas há espaços para tais questionamentos e apreensões, devido em alguns casos à prática profissional enveredar por caminhos opostos ao que o Serviço Social representa enquanto categoria inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, descaracterizando seu significado social.

Soma-se a isso, o fato de que os alunos são levados a levantarem tais compreensões em decorrência do próprio contexto social que desonera o sentido da formação, do estágio enfim, diante de uma conjuntura que mascara a realidade e tende a culpabilizar os sujeitos ao invés de buscar a raiz dos problemas e fenômenos sociais. Fazendo com que os mesmos tenham interpretações equivocadas, pois, não estão imunes às contradições instauradas no bojo das relações capitalistas.

Lembremos que a conjuntura social é oscilante e assim causa um ambiente arenoso à formação profissional, transferindo para o ensino da prática as mesmas dificuldades e lacunas de um ensino que vem sendo massificado e desqualificado gradativamente.

Porém, devemos conceber o Estágio Supervisionado como um reflexo de um projeto de formação profissional voltado à apropriação reflexiva da prática profissional. Não se trata de formar por formar, importa mais imbuir os alunos da capacidade de indagação permanente, dos princípios éticos e conteúdo valorativo que embasa o Serviço Social para que estes construam sua identidade e matriz profissional de maneira livre, democrática e atrelada à criticidade que eleva o campo do saber a um patamar que rompe com a alienação frente à controversa dinâmica societária.

O debate não se encerra aqui, é preciso debruçar-se sobre a temática em tela e averiguar o que está por trás e que ainda não foi revelado. Todavia, vale ressaltar que para analisar o papel do Estágio Supervisionado no

fortalecimento da formação profissional é preciso considerá-lo como constituinte deste processo e não como um apêndice. O ensino da prática deve ser requalificado permanentemente, para que possa manter o projeto de formação acadêmica crítica a todo vapor, sendo atualizado de acordo com o movimento da realidade que implica novas teorias e novas ações práticas.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, **Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social**. Formação do Assistente Social e consolidação do projeto ético político. Rio de Janeiro: ABEPSS: 1996.
- ABREU, Marina Maciel. A formação profissional e o fortalecimento do serviço social como área de conhecimento: estratégias e desafios da abepss no biênio 2007-20081. **Revista Temporalis**. Ano 11, nº22. Brasília: ABEPSS, 2011.
- BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e fundamentos sócio-históricos**. 3º.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL, Constituição Federal. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 Abr. 2012.
- BURIOLLA, Marta Alice, Furtem. **O Estágio supervisionado**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; GRANERMANN, Sara; BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Proposta básica para o projeto de formação profissional novos subsídios para o debate. .Ed.Especial. nº 7. São Paulo: Cortez, 1996.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação**. 18º. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche-** capital financeiro, trabalho e questão social. 2º ed.São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.com.br> Acesso em: 20 mar. 2012.
- _____. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. **Revista Temporalis**. Ano 1, nº1. Brasília: ABEPSS, 2010.
- FORTI; Valeria; GUERRA, Yolanda. **“Na prática a teoria é outra?”**. Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>. Acesso em: 22 Mai. 2011.
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. SCAVONI, Maria Lúcia **A. Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado**. Textos & Contextos (Online), v. 1, p. 1/4-9, 2002.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Estágio Supervisionado, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social: Desafios e Estratégias para a Defesa e Consolidação do Projeto Ético-Político. **Revista Temporalis**. Ano IX – n.17. Brasília: ABEPSS, 2009.

MENDES, Jussara Maria Rosa, NOGUEIRA, Vera, e COUTO Berenice Rojas. Formação do Assistente Social e consolidação do projeto ético político. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**. Ano XXV. Nº 79. São Paulo: Cortez, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. Os desafios da formação profissional na gestão 2005-2006. **Revista Temporalis**. Ano 11, nº22. Brasília: ABEPSS, 2011.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social & Sociedade**. Nº 79. São Paulo. Cortez, 2004. p. 82-106.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva, O Estágio Supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº80, nov, 2004.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para Reflexão. **Revista Temporalis**. Ano IX. Nº17. Brasília: ABEPSS, 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. **Desafios Contemporâneos para o processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social**. Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, Potyara A.P. A utilidade da pesquisa para o Serviço Social. **Revista Serviço Social e Saúde**. São Paulo: 2002.

Política Nacional de Estágio. ABEPSS: 2010. Disponível em: http://abepss.org.br/briefing/graduacao/politica_nacional_estagio.pdf. Acesso em: 01 Set. 2011.

PINTO. R.M.F. **Estágio e Supervisão: um debate teórico-prático do Serviço Social**. São Paulo: PUC/NEMESS,1997.

RESOLUÇÃO Nº 533 CFESS, de 29 de setembro de 2008. Ementa: Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pd>. Acesso em: 23 Abr. 2012.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. O Estágio no processo de formação dos assistentes sociais. In: **Revista Temporalis**. Ano IX – n.17. Brasília: ABEPSS, 2009.

SANTOS, C. M. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na relação entre Teoria, Prática e Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. v. 1.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**. Florianópolis: 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 23 Fev. 2012.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE
SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL
FORMULÁRIO DA PESQUISA**

1-Identificação

1.1 Nome _____

1.2 ANO DE ENTRADA NO CURSO

1.3 TURNO QUE ESTUDA

1.4 Local que reside _____

1.5 Período do estágio:

a. Cursando o 1º semestre do Estágio Supervisionado em Serviço Social III ()

b. Concluindo o Estágio Supervisionado em Serviço Social III ()

1.6 Campo de estágio _____

1.7 Instituição pública ou privada? _____

1.8 Elemento que motivou a escolha do campo de estágio:

a. Escolha pessoal ()

b. Demanda da universidade ()

c. Sorteio ()

d. Outro () Qual? _____

1.9 Frequência no campo de estágio:

a. Uma vez na semana ()

b. Duas vezes na semana ()

c. Um dia completo ()

d. Dias alternados ()

e. Outros() Qual? _____

1.10 Realização da supervisão de estágio acadêmica:

- a. Semanalmente ()
- b. Quinzenalmente ()
- c. Mensalmente ()
- d. Outros () Qual? _____

1.11 Quais foram as atividades obrigatórias do estágio III que você cumpriu
elaboração de projetos, relatórios execução de projetos

- a. Caracterização do campo ();
- b. Relatórios de estágio ();
- c. Elaboração de projeto de pesquisa ();
- d. Elaboração de projeto de intervenção ();
- e. Execução de projetos ()
- f. Outras _____

2.0 Quais as atividades desenvolvidas pelo assistente social que você participa/participou? Por quanto tempo foi essa participação?

3.0 Quais as atividades propostas pelos estagiários foram desenvolvidas com o acompanhamento do supervisor institucional?

3.1 Foram realizadas a partir da elaboração de projeto sim ou não?

4.0 Você foi o único responsável por sua execução? Qual atividade e por quanto tempo?

5.0 A instituição em que você está inserido como aluno-estagiário apresenta condições objetivas para a realização do estágio supervisionado?

6.0 Em que ponto o estágio supervisionado aprimorou sua formação profissional?

7.0 Você considera o estágio supervisionado como possibilidade de socialização das experiências profissionais?

8.0 Que dificuldades você encontrou no decorrer do estágio supervisionado?
Que fatores você aponta como responsáveis por esses impasses?

9.0 O que você entende por relação teoria e prática?

10.0 Em que momento do Estágio Supervisionado você pode perceber essa relação?

ANEXOS

Anexo I



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CNPJ: 12.671.814/0001-37

Av. das Baraúnas, 351 Campus Universitário

Bodocongó – CEP: 58.109.753

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado O Estágio Supervisionado em Serviço Social: um debate sobre formação profissional desenvolvido pela aluna Juliana Alexandre da Silva do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora Moema Amélia Serpa Lopes.

Campina grande, abril de 2012

Assinatura e carimbo do responsável institucional

Anexo II



TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Pesquisa: O estágio supervisionado em Serviço Social: um debate sobre formação profissional

Eu, Moema Amélia Serpa Lopes, professora da Universidade Estadual da Paraíba, portadora do RG: 2.682.997 SSP/PE comprometo-me em cumprir integralmente os itens da Resolução 196/96 do CNS, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

Campina grande, Abril de 2012

PESQUISADOR(A)

Anexo III



DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA

Titulo da Pesquisa: O estágio supervisionado em Serviço Social: um debate sobre formação profissional

Eu, Moema Amélia Serpa Lopes, professora da Universidade Estadual da Paraíba, portadora do RG: 2.682.997 SSP/PE declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em verificar seu desenvolvimento para que se possam cumprir integralmente os itens da Resolução 196/96, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Orientador

Orientanda

Campina grande, abril de 2012

Anexo IV



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

(OBSERVAÇÃO : para o caso de pessoas maiores de 18 anos e não incluídas no grupo de vulneráveis)

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL** terá como objetivo geral :analisar o estágio supervisionado a partir da percepção dos estagiários, identificando a relevância do estágio no processo de ensino-aprendizagem e no fortalecimento da formação profissional.

Ao voluntário só caberá a autorização para realizar a entrevista semi-estrutura e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contactar a equipe científica no número (083) **INSERIR NÚMERO PARA CONTATO** com **INSERIR NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL JUNTO AO SISNEP**.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento

será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica
Participante da pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS –
CEP/UEPB
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.



PARECER DO RELATOR: (04)

Título: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Pesquisador Responsável: MOEMA AMÉLIA SERPA LOPES DE SOUZA

Data do Recebimento: 27 de abril de 2012

Data da relatoria: 02 de maio de 2012

Apresentação do Projeto:

O Projeto é intitulado “O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL”, possui delineamento epidemiológico comparativo do tipo transversal e de natureza descritivo-análítica, com abordagem qualitativa, será realizado em estudantes com deficiência de audiocomunicação da Escola Audiovisual Demóstenes Cunha Lima da cidade de Campina Grande-PB

Objetivo da Pesquisa: Analisar o estágio supervisionado a partir da percepção dos estagiários, identificando a relevância do estágio no processo de ensino aprendizagem e no fortalecimento da formação profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Considerando a justificativa, objetivos, os aportes teóricos e metodologia apresentados no presente projeto e ainda considerando a relevância do estudo, as quais são explícitas suas possíveis contribuições, percebe-se que a mesma não trará riscos aos sujeitos a serem pesquisados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: A pesquisa proposta atende a todas as exigências legais constantes na Resolução 196/96 do CNS/MS e protocolares deste Comitê. A coleta de dados será realizada através da aplicação de formulários contendo questões abertas e fechadas direcionadas aos alunos do 3º ano diurno e 4º ano noturno do curso de Serviço Social da UEPB que já tiverem cursado o componente curricular Estágio Supervisionado em Serviço Social III.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: Os termos que são necessários para o tipo de estudo encontram-se devidamente anexados não havendo pendências no referido projeto de pesquisa.

Recomendações: Não houve necessidade de recomendações. O projeto encontra-se aprovado em sua totalidade, podendo os seus executores iniciar a coleta de dados a que se propõem.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Situação do parecer:

Aprovado(X)

Pendente ()

Retirado () – quando após um parecer de pendente decorrem 60 dias e não houver procura por parte do pesquisador no CEP que o avaliou.

Não Aprovado ()

Cancelado () - Antes do recrutamento dos sujeitos de pesquisa.

RELATOR: 04

Campina Grande, 27 de abril de 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA/
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Profª Dra. Doralúcia Pedrosa de Araújo
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa